



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR (02)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Fortaleza/CE – 2012

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, cujo conteúdo foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Fortaleza/CE - 2012



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR(02)

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS

Ministro de Estado

CELSO LISBOA DE LACERDA

Presidente

RAIMUNDO CRUZ PINTO

Superintendente Regional

EDUARDO MARTINS BARBOSA

Superintendente Regional Substituto

FABÍOLA SILVA GOMES

Assessoria Técnica - Ouvidoria Agrária

PAULO ROBERTO FONTES BARQUETE

Assessoria Técnica - Planejamento

EVELYN GRACE DE BARROS CAMPOS VALADÃO

Procuradoria Federal Especializada

FRANCISCO ROMEU FERREIRA LEAL

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

EDUARDO RODRIGUES DE SOUSA NETO

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

MÁRIO LEITÃO EVARISTO

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

LUIZ GILBERTO COSTA PEREIRA

Divisão de Administração

Grupo de Trabalho:

Francisco Romeu F. Leal

Luis Guedes de Figueiredo Alcoforado

Georg Goersch Vasconcelos

José Salmito de Almeida Júnior

Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

Silvana Pires Mendes

Milton Daniel Moutinho

Maria das Dores Aires Feitosa

Aristides Braga Monte

Mário Leitão de Evaristo

José Wellington de O. Gurgel

José Jaime D'Alencar Júnior

Luiz Gilberto Costa Pereira

Maria Denise Silva Aragão

Nayana de Almeida Adriano

Bruno Felipe Mavignier

Roberto de Almeida Marçal

Margareth Souza Pignataro

Ismênia Maria Macedo Cysne Costa

Paulo de Tarso Teixeira Barreira

Mariita Colares Ribeiro da Luz

Afonso Melo Rocha

Luiz Carlos de Aquino Pereira

Fabíola Silva Gomes

José Nilson Bernardo Júnior

Paulo Roberto Fontes Barquete

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E ANEXOS	8
Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067	13
INTRODUÇÃO	14
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010).....	20
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	20
2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2).....	20
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II).....	20
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b).....	28
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	28
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	29
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	30
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	31
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c).....	32
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	32
Principais ações do Programa	33
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	45
Principais Ações do Programa	46
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas .59	
Principais Ações do Programa	60
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	68
Principais Ações do Programa	69
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	71
Principais Ações do Programa	72
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	75
Principais Ações do Programa	76
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	78
Principais Ações do Programa	79
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	88
Principais Ações do Programa	89
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	93
Principais Ações do Programa	94
2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	96

2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	96
2.4.1	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	97
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	98
2.5	Indicadores Institucionais.....	102
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	110
3.1	Análise Crítica.....	110
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	111
4.1	Análise Crítica.....	111
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	112
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos	112
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	115
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	116
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	117
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	119
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	121
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	122
6.1	Transferências efetuadas no exercício	122
6.2	Análise Crítica.....	128
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv.....	129
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	130
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	131
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010)	133
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°108, DE 24/11/2010)	135
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	135
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	138
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	140
14.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	144
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010)	150

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....151

15. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:151

16. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.152

ANEXOS.: Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

LISTA DE QUADROS, ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	20
Quadro A.2.1 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	96
Quadro A.2.2 - Identificação das unidades orçamentárias	96
Quadro A.2.3 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	97
Quadro A.2.4 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	98
Quadro A.2.5 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	99
Quadro A.2.6 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	100
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	110
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	111
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	112
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	113
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	114
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	114
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	115
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	115
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	116
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	116
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	117
Quadro A.5.10 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	119
Quadro A.5.11 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	120
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	124
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	125
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	125
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	126
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	127
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	129
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	130
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.	131
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	133

Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	135
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	136
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	137
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.	138
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs	140
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	143
Quadro A.14.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	144
Quadro A.14.2 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	146
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	151

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

APP - rea de Preservao Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CEF - Caixa Econmica Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informao Social

COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONJUR - Consultoria Jurídica

CPL - Comissão Permanente de Licitao

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAC - Coordenao-Geral de Contabilidade

DAP - Declarao de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenao-Geral de Tecnologia e Gestão da Informao

DN - Decisão Normativa

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DOU - Diário Oficial da União

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará

FETRAECE - Federao dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Servio e à Seguridade Social

FUNASA - Fundao Nacional de Saúde

FUNAI - Fundao Nacional do ndio

GAP - Gestão e Administrao do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Explorao

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP - Medida Provisória

NE - Norma de Execução

NOM - Núcleo Operacional Móvel

OAR - Ouvidoria Agrária Regional

OEMA - Órgão Estadual do Meio Ambiente

PA - Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RESEX - Reserva Extrativista

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário

SEBRAE - Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas

SEMACE - Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SR(02) - Superintendência Regional do Ceará

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TC - Território da Cidadania

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT - Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UG - Unidade Gestora

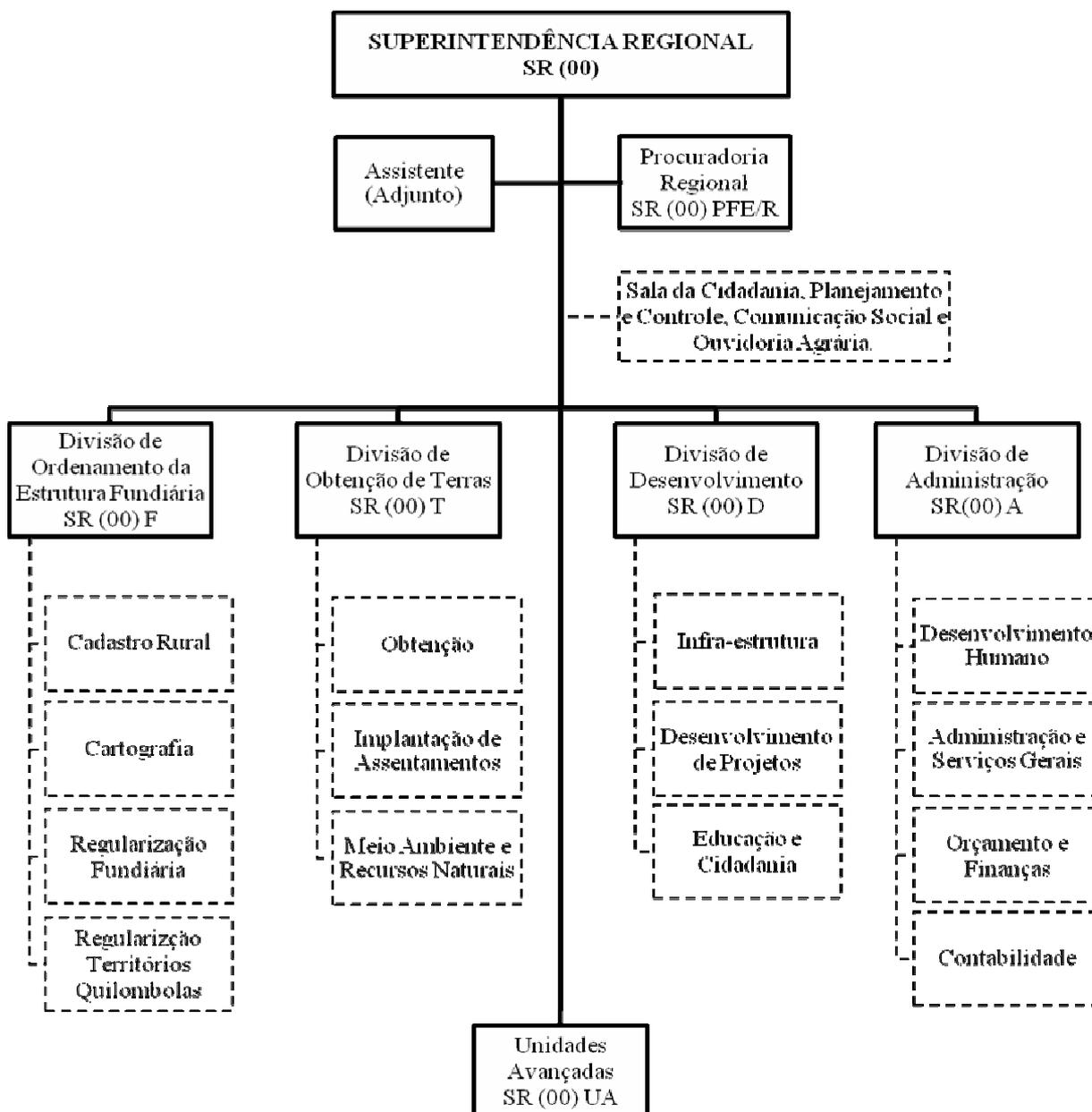
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006



Obs: A SR(02) não dispõe de Unidades Avançadas em sua estrutura organizacional

A estrutura organizacional da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Ceará (SR-02), apresentada através do organograma exposto acima foi definida através dos Decretos Nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto Nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria Nº 20 de 8/4/2009.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Unidade do INCRA-CE, referente ao exercício de 2011, se encontra estruturado conforme as orientações oriundas do Incra/Sede, definidas a partir dos entendimentos mantidos com os Órgãos de Controle.

Na parte A, apresentam-se a Identificação da Unidade Gestora, seu organograma funcional, a missão e a visão institucional. Em seguida, delineiam-se os objetivos e metas institucionais, as estratégias de atuação de cada Divisão e as realizações no âmbito de cada Programa. Segue-se com o detalhamento aprofundado das atividades no segmento da Divisão de Administração, inclusive, com a apresentação de indicadores institucionais da Unidade. Na parte B, apresentam-se as Informações Contábeis da Gestão e finalmente, na parte C, constam as Informações Específicas sobre a Unidade.

As ações de Retomada de Terras Públicas e Ações Preparatórias para a Destinação de Terras Públicas não são trabalhadas na SR(02), visto que as mesmas são realizadas pelo Estado do Ceará. As ações de Consolidação e Emancipação de Assentamentos de Reforma Agrária, Sistema de Cadastro Rural, Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos, Educação de Jovens e Adultos, Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e Manejo de Recursos Naturais não tiveram recursos provisionados no exercício de 2011.

Em seu conjunto, o Relatório reafirma a necessidade e o significado das ações de Reforma Agrária para a melhoria das condições de vida de um contingente expressivo de trabalhadores rurais assentados no Estado do Ceará. No exercício em comento, chegou-se a 411 famílias, totalizando um contingente de 21.358 famílias, distribuídas em 436 Projetos de Assentamentos Federais, ao longo de todo o período de implementação da política de assentamento.

Dentre os muitos desafios e oportunidades que se apresentam para a consecução da Reforma Agrária, além das inseridas no presente relatório, merece destaque a quantidade numerosa de ações que o INCRA desempenha, sem que as condições operacionais e de força de trabalho sejam suficientes e adequadas, exigindo a adoção permanente de estratégias marcadas pela resiliência e maximização dos recursos.

Desse modo, o balanço das ações do INCRA no Ceará, em 2011, apresenta avanços importantes, a exemplo da universalização do acesso ao Serviço de Assistência Técnica-ATER, mediante a consecução de Chamada Pública, a adesão e realização da 1ª auto-avaliação das ações da Superintendência no âmbito do Programa GesPública e, ainda, em meados de 2011, a ascensão de um servidor da Instituição ao cargo de Superintendente Regional, em resposta aos anseios dos servidores, dos movimentos sociais e assentados, com um perfil extremamente alinhado aos pressupostos republicanos e a uma gestão de excelência.

Outra diretriz estratégica importante refere-se ao processo, em andamento, de estruturação de cooperação técnica com o Banco do Nordeste do Brasil, que deverá viabilizar, dentre outras atividades, um projeto de pesquisa para elaboração de estudos básicos sobre extrema pobreza e a questão fundiária no território Inhamuns/Crateús, com vistas à elaboração do projeto piloto do Programa Brasil Sem Miséria no Ceará, em seu componente inclusão produtiva/ação fundiária, seguida da validação de estratégias inovadoras.

Dentre os desafios, observou-se que o longo processo de transição na definição dos titulares dos cargos na Sede e na maioria das Superintendências Regionais, neste novo governo, gerou descontinuidade no andamento das ações. Deve-se lembrar que, como em 2010, os recursos destinados ao INCRA sofreram corte expressivo, com o Decreto nº 7.445/2011, de 1/3/2011, impondo uma redução na capacidade operacional da SR(02).

Na área de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos, as dificuldades para o cumprimento da meta tiveram como causa principal o represamento de processos de pagamento no INCRA/Sede. A continuidade na demora da liberação das licenças ambientais, manteve-se como grave obstáculo à agilização da criação dos projetos e ao assentamento das famílias.

Na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, merece destaque o esforço realizado para a consecução da chamada pública para a contratação dos serviços de ATER, agora definidos em legislação específica. A consolidação desse processo assegurará a universalização dos serviços de ATER para todas as famílias assentadas.

Foram concluídos dois projetos no âmbito da Ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização-Terra Sol e, no segmento do PRONERA, diversos avanços foram obtidos, especialmente, a contratação mediante convênio do curso de Serviço Social para 60 alunos.

Sob o aspecto das parcerias, merece destaque a pesquisa das “Fossas Verdes”, juntamente com a Universidade Federal do Ceará, cujo impacto deverá proporcionar a reciclagem da água oriunda dos esgotos dos PA, seu tratamento e a sua reutilização em atividades produtivas.

Merece igualmente destaque, o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária-PACRA, cujos resultados expressivos têm permitido o resgate e a afirmação das atividades de arte e cultura nos assentamentos cearenses.

A Ação de Documentação da Trabalhadora Rural, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e executada pelo INCRA, tem permitido assegurar, a um número expressivo pessoas, especialmente às trabalhadoras rurais, as condições básicas de cidadania e efetivação de direitos das mulheres trabalhadoras rurais, mediante o acesso aos documentos civis e trabalhistas.

Manteve-se o esforço para redirecionar o trabalho das equipes de campo, tendo como referência o enfoque territorial. A ênfase teve como motivação o conceito de áreas reformadas, cujas premissas se encontram no II Plano Nacional de Reforma Agrária, supondo que a concentração de Projetos de Assentamento e de famílias assentadas por unidade territorial traria maior possibilidade de apreensão dos impactos.

Assim como em 2010, as ações de Concessão de Crédito Instalação e de Infraestrutura nos Projetos de Assentamento foram as mais prejudicadas em seu desempenho, não obstante o excelente resultado de recursos empenhados, tendo em vista as dificuldades operacionais resultantes da insuficiência de servidores, os sucessivos reajustes nos valores dos créditos, a questão já referida das licenças ambientais (Licenças de Instalação e Operação - LIO), cuja demora na liberação impediu a concessão dos créditos de instalação. Ressaltam-se, ainda, os trâmites necessários ao processo de homologação de novos candidatos. A demora no retorno dos nomes homologados, igualmente, impediu a emissão dos contratos de concessão do crédito.

Na área de Ordenamento da Estrutura Fundiária, além da consolidação do Convênio com o Governo do Estado do Ceará, com resultados extremamente satisfatórios na Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, a Superintendência apresenta ótimas condições para contribuir nas ações do programa de combate à miséria, notadamente na estruturação de atividades de reordenamento agrário. Em 2011, ocorreu a publicação do 1º Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), beneficiando 76 famílias em áreas de remanescentes de Comunidades Quilombolas.

Os itens abaixo são peculiares de unidades orçamentárias, com consignação de dotação própria para a realização de despesas, diferentemente das Superintendências Regionais que são órgãos descentralizados.

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que não se aplicam à natureza da Unidade:

- I. Informações orçamentárias e financeiras do Programa.
- II. Identificação das Unidades Orçamentárias.
- III. Programação de Despesas Correntes.
- IV. Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.
- V. Programação de Despesas de Capital.
- VI. Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital.
- VII. Quadro Resumo da Programação de Despesa e Reserva de Contingência.
- VIII. Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.
- IX. Despesas por Modalidade de Contratação.
- X. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.
- XI. Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.
- XII. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.
- XIII. Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.
- XIV. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
- XV. Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.
- XVI. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.
- XVII. Quadro A.14.1 - Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ.
- XVIII. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.

- XIX. Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.
- XX. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Física e Jurídica.
- XXI. Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Físicas.
- XXII. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídicas.
- XXIII. Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Físicas.
- XXIV. Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Jurídicas.
- XXV. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.
- XXVI. Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ.
- XXVII. Prestação de Contas de Renúncia de Receitas.
- XXVIII. Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.
- XXIX. Comunicações à Receita Federal do Brasil - RFB.
- XXX. Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB.
- XXXI. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.
- XXXII. Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.
- XXXIII. Fiscalizações Realizadas pela Receita Federal do Brasil - RFB.
- XXXIV. Quadro A.14.11 - Ações da RFB.
- XXXV. Declaração de Regularidade dos Beneficiários com Relação aos Pagamentos dos Tributos Junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- XXXVI. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320 de 17/3/1964, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).
- XXXVII. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, incluindo as notas explicativas.
- XXXVIII. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Itens da norma (DN TCU nº 107/2010, Anexo II) que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências:

- I. Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.
- II. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e à Seguridade Social.
- III. Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada
- IV. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.
- V. Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.
- VI. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.
- VII. Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício - OCI.
- VIII. Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.
- XIX. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373045	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:		(085) 3299.1303	(085) 3482.3309
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Américo Barreira 4700, Bairro Bela Vista CEP 60.440-092, Fortaleza-CE			

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

As Superintendências Regionais são Órgãos descentralizados, a quem compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial,

incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

À Procuradoria Regional - PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de

reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Divisão de Obtenção de Terras - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Desenvolvimento - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar

os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira

idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Administração - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;

Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária é responsável por dois programas do PPA 2008/2011: Programa 1336 - Brasil Quilombola, e Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, que contempla três grandes ações, assim definidas: ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural; ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária; e ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

Em relação ao Programa 1336 - Brasil Quilombola manteve-se o esforço multidisciplinar nas pesquisas de campo de Territórios Quilombolas. Qualificamos e agilizamos o trabalho da equipe, resultando na publicação do 1º RTID da SR(02), atendendo 76 famílias.

O Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas tem três grandes ações: ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural; ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária; e ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

A ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - é desenvolvida com técnicos da Divisão, da Sala da Cidadania da SR(02), das Unidades Municipais de Cadastramento – UMC e técnicos do Governo do Estado que trabalham no convênio celebrado entre o INCRA e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE. Investiu-se na capacitação de Chefes de UMC, com a implementação de um Plano de Trabalho, cujo objetivo precípuo é a inserção desses UMC para operacionalização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR/WEB, facilitando assim o atendimento dos detentores de imóveis rurais em seu próprio município.

A ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais – manteve-se, em 2011, como uma das mais importantes ações desenvolvidas no âmbito da Divisão, pois o Estado do Ceará é responsável por um volume expressivo da meta nacional de imóveis rurais regularizados e titulados. Esta ação tem como carro chefe o Convênio nº 30.000/2008 - Cadastro Georreferenciado e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - firmado entre o INCRA e o IDACE, em que se gerencia, georreferencia e regulariza os imóveis rurais do Estado do Ceará, mediante varredura municipal, o que permitirá ao final do mesmo, além da atualização do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA (gráfico e literal), apresentar um diagnóstico da situação fundiária no Estado do Ceará.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Os resultados observados na Divisão de Obtenção de Terras mostram avanços na execução das ações afetas aos serviços de Meio Ambiente, Licenças protocoladas, bem como vistoria de Imóveis Rurais.

O alcance dos resultados sugere um entendimento de cumprimento nas ações de inclusão social por meio da obtenção de imóveis rurais para o assentamento de famílias. Todavia, os resultados alcançados nas ações de obtenção de imóveis rurais e cadastro de famílias mostram os desafios ainda a serem superados nessa perspectiva. As principais dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de governabilidade sobre as ações, sobretudo àquelas de obtenção de imóveis rurais, emissão de licenças ambientais, diminuição progressiva do número de servidores, aumento de atividades e ausência de recursos orçamentário/financeiro, para execução das mesmas. Neste último

caso, a falta de recursos orçamentário/financeiro interfere diretamente no alcance dos resultados físicos (meta), principalmente quando se compara a execução financeira, onde há corte após a construção da capacidade declarada, com a execução física, mantendo-se a meta original.

Apesar das dificuldades encontradas, esforços estão sendo feitos no sentido de qualificar os processos de vistoria, avaliação, obtenção de imóveis rurais e licenciamento ambiental. Dentre as principais estratégias utilizadas para melhorar os produtos obtidos estão: a melhoria do processo de planejamento das atividades no âmbito da Divisão de Obtenção de Terras e a articulação com outras instituições, visando à ampliação do diálogo interinstitucional e posterior fortalecimento na execução de políticas públicas.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

As ações da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, em 2011, foram desenvolvidas com base na estrutura de gestão operacional historicamente construída pelos gestores e servidores. A Divisão sofreu com o reduzido quadro de servidores e com fortes limitações orçamentárias para custeio de suas ações. Isto em um cenário onde a demanda de atividades é sempre crescente, tendo em vista que o número de projetos de assentamento aumenta constantemente.

O ano de 2011, especialmente no segundo semestre, foi marcado pelo destaque dado à ação de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER. Foram divulgadas Chamadas Públicas para a contratação do serviço de ATER no final de 2010 e início de 2011. Com as Chamadas Públicas, a execução do serviço de ATER deixou de ser através de convênio e passou a ser por meio de contratação direta. A execução direta dos contratos impôs uma nova demanda de atividades. Considerando que a ATER no Ceará é universalizada, o acompanhamento das atividades contratadas representou uma carga de trabalho muito forte, obrigando a gestão a adotar providências no sentido de se constituir uma equipe de trabalho bem estruturada para dar vazão a esta nova demanda. Isto ocasionou a realocação de servidores de outras equipes de trabalho para aquela destinada ao acompanhamento da ATER. Esta decisão justifica-se uma vez que a ATER é uma ação estratégica, que contribui e se relaciona com todas as demais ações da Divisão de Desenvolvimento. No entanto, este cenário, ao mesmo tempo em que priorizou uma ação estratégica, fragilizou a estrutura organizacional das demais equipes de trabalho da Divisão de Desenvolvimento. Isto pôde

ser constatado pelo anseio de que seja implantada uma nova estrutura de gestão operacional, com maior sintonia com a atual demanda de atividades da Divisão.

Deve-se registrar que a Divisão conseguiu, além de estruturar a ATER, manter estruturadas algumas ações atingindo resultados significativos. Aqui se destaca a emissão dos Contratos de Concessão de Uso - CCU e, ainda, a estruturação da equipe responsável pela ação ligada a Créditos Produtivos, conseguindo diminuir significativamente o passivo de solicitações não atendidas de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração, em 2011, assim como em 2010, sofreu bastante com os cortes definidos pelo Decreto nº 7.445/2011, de 1/3/2011, impondo uma redução na capacidade operacional da SR(02), bem como com as dificuldades operacionais impostas pelo Decreto nº 7.446/2011, que impediu que os órgãos públicos pudessem realizar algumas contratações, como locação de máquinas e equipamentos, locação de novas viaturas, etc.

Diante dessa situação, a Divisão de Administração manteve a estratégia de redução dos gastos e continuidade das ações iniciadas no final do exercício de 2010, durante todo o exercício de 2011, sendo que ao final do ano houve a retomada da provisão dos recursos nos limites suficientes para a manutenção dos contratos e serviços, bem como a possibilidade de se adquirir material de expediente para estoque a ser utilizado no exercício de 2011.

Também, concluiu-se os trabalhos de recuperação e modernização do auditório da SR(02)CE.

É importante ainda ressaltar o esforço empreendido pela Divisão na recuperação de várias viaturas, tendo como objetivo principal dar condições à execução das atividades de campo desenvolvidos pelas outras divisões, que são essenciais para o alcance das metas da SR(02).

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: **Francisco Romeu Ferreira Leal**

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	fam	720	411	-	411	57	309

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
74.961,00	58.439,68	54.288,41	93	48.978,41	83,8	48.978,41	83,8

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.855,28	1.855,28	-	-

Fonte: SIAFI

² Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

Resultados Alcançados:

A equipe de Cadastro e Seleção, vinculada à Divisão de Obtenção de Terras da Superintendência Regional, é responsável pelo processo de cadastro e seleção nos novos projetos de assentamento, pela revisão de processos administrativos para emissão do contrato de Concessão de Uso – CCU, além do saneamento das inconsistências na elegibilidade do candidato/beneficiário do Programa de Reforma Agrária, conforme a Norma de Execução/INCRA/DT/nº 70 de 12/05/2008, e alterações posteriores.

Dos procedimentos supracitados, os de cadastro e seleção de famílias e os procedimentos para dirimir os processos dos beneficiários e dos candidatos enquadrados no processo de inelegibilidade que tratam as Normas de Execução Nº 45 e Nº 70, demandaram utilização de recursos financeiros.

A SR(02) assentou 411 famílias em Projetos de Assentamentos novos e já existentes, resultado que representou a execução de 57% das metas referente ao assentamento de famílias.

Ainda foram cadastradas 270 famílias em nove áreas diferentes previstas para serem desapropriadas no ano de 2011.

Dentre os problemas encontrados para o não atendimento das metas estabelecidas no ano de 2011, cita-se:

- não criação de assentamentos;
- problemas de inconsistência de cadastros que não tiveram os batimentos de dados com os dados da DATAPREV, que estavam sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Implantação do INCRA;
- não comparecimento das famílias nos locais de cadastramento;
- falta de iniciativa dos assentados e possíveis candidatos em encaminhar ao INCRA as demandas de assentamentos de famílias em PA com vagas;
- falta de recursos orçamentário/financeiro para execução dos trabalhos referentes ao cadastramento de famílias, legitimação e homologação, bem como para a execução dos pontos que tratam as Normas de Execução Nºs 45 e 70;
- dificuldades de obter dos candidatos e beneficiários a documentação necessária para desbloqueio e homologação no SIPRA dos respectivos cadastros, inviabilizando a ampliação das metas de assentamento de famílias;

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	ha	58.000	53.526,8308	-	53.526,8308	92,28	4.473,1692

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
342.000	437.496,19	430.466,41	98,39	423.867,79	96,88	423.867,79	96,88

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
17.212,92	728,57	8.555,10	7.929,25

Fonte: SIAFI

Resultados Alcançados:

A meta da ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais, para 2011, foi construída pela demanda das áreas para vistoria preliminar, acrescidas às áreas para avaliação. O alto percentual de execução física na referida ação, que atingiu 92,28%, corresponde a 53.526,8308 ha vistoriados, executados e finalizados no ano de 2011. Porém, ainda temos metas físicas a serem finalizadas no exercício de 2012, que foram executadas com recursos financeiros de 2011, e que constarão no RG do ano posterior como meta iniciada em exercícios anteriores, tendo em vista que alguns laudos técnicos não foram concluídos e apresentados dentro do exercício e, portanto, não puderam ser contabilizados no monitoramento de 2011. Essas áreas correspondem à vistoria do imóvel denominado Fazenda São Vicente/Carnaubinha, município de Caridade, medindo 4.968,34ha e vistoria de avaliação do imóvel denominado Fazenda Cajazeiras, município de Mombaça, medindo 1.769,97ha.

Dificuldades Encontradas:

As dificuldades encontradas para execução das atividades partem da grande quantidade de ações necessárias à sua efetivação, o que, na prática, resulta na falta de governança em boa parte das etapas a serem executadas. A primeira dificuldade inicia-se após a abertura do processo de desapropriação, com a necessidade de anexação da certidão atualizada do imóvel objeto da vistoria, emitida pelos Cartórios de Registros de Imóveis, o que, em alguns casos, demanda um grande tempo para sua obtenção e retorno dos servidores por mais de uma vez ao cartório, o que exige uma maior quantidade de recursos alocados, contrariando assim a previsão de recursos para a plena execução da atividade. Outra dificuldade também relacionada aos cartórios de registros de imóveis é a pesquisa da Cadeia Dominial do imóvel, que também demanda muitas vezes a permanência do servidor em campo e o retorno deste mais de uma vez ao cartório. Também temos problema com a notificação ao proprietário do imóvel rural para realização da vistoria, visto que muitos residem no interior e às vezes em outro Estado, o que causa mais de um deslocamento do técnico lotado na Divisão responsável pela notificação, encarecendo assim os gastos com essa atividade. A solicitação de anuência à prefeitura também se torna uma atividade, assim como solicitação de documentos em cartórios e notificações, sem previsão da necessidade de retorno a campo, desta forma, gerando uma indefinição na estimativa de recursos a serem gastos no ano com essas atividades.

As diversas naturezas das atividades que são realizadas com recursos desta fonte também dificultam correlacionar à execução financeira com o correspondente na execução física, que é hectare de imóvel vistoriado e avaliado, como as descritas no parágrafo acima, que usam o recurso sem impactar diretamente na meta, como as atividades de perícia judicial, audiência de processos judiciais, que não podem ser previstas, realização de pesquisa de preço de imóveis para atualização da Planilha de Preço Referencial, realização de atividades cartorárias referentes a imóveis obtidos pelo INCRA em anos anteriores.

Em acréscimo, cita-se a baixa dotação orçamentária para execução das atividades, tendo em vista que a necessidade orçamentária é calculada sobre as metas físicas e que é cortada sem o devido rebatimento destas metas. Os recursos além de insuficientes são disponibilizados de forma pontual, não sistemática e não previsível, dificultando/impedindo a execução do planejamento o que é essencial para qualquer gestão eficiente e eficaz.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença	38	39	-	39	102,63	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
134.811,00	134.757,84	130.760,67	97,03	97.193,99	72,12	97.193,99	72,12

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
87.158,88	2.550,76	17.560,32	67.047,80

Fonte: SIAFI

Resultados Alcançados:

A Superintendência Regional vem, ao longo dos anos, empreendendo esforços no sentido de cumprir as metas estabelecidas para o licenciamento. Portanto, as metas físicas constantes da PO 2011 para a Ação de Licenciamento Ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, foram mais uma vez cumpridas integralmente. Protocolou-se, no ano de 2011, um total de 39 requisições de licenças ambientais de imóveis rurais em obtenção e Projetos de Assentamento (PA). Esta quantidade supera em 2,63% a meta física estabelecida, que foi de 38 licenças ambientais, após a repactuação da meta, do valor do recurso e do conseqüente corte orçamentário estabelecido pelo decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011. Em 2011, foram protocoladas 19 requisições para obtenção/regularização de Licenças de Instalação e Operação (LIO) para projetos de Assentamento.

No tocante a Licença Prévia (LP), para os imóveis rurais em processo de obtenção, foram protocoladas 20 requisições/renovações.

Em relação à divisão da metas físicas para jurisdição da SR(02) e Territórios da Cidadania, protocolou-se 35 licenças ambientais (15 LIO e 20 LP), relativas a jurisdição, superando a meta estabelecida em 2,94% que era de 34 licenças. Para os TC, protocolou-se 4 licenças (4 LIO) cumprindo em 100% da meta.

No que se refere à execução financeira, os valores gastos com o licenciamento ambiental cobriram despesas com pagamento de taxas relativas à requisição de licenças ambientais, custos com publicação, despesas com diárias de técnicos e deslocamento de viaturas aos imóveis rurais e aos PA

que foram priorizados para o licenciamento ambiental, além dos custos relativos à obtenção de anuências junto às prefeituras municipais.

Do valor total estabelecido na PO 2011 para custear o licenciamento ambiental, de R\$ 134.757,84, empenhou-se R\$ 130.760,67, tendo sido gasto um total de R\$ 97.193,99. Desse modo, o custo médio por licença ambiental foi de R\$ 2.492,15. Este valor comparado ao custo médio de 2010 foi maior, tendo em vista a correção pelo órgão ambiental dos valores referentes às taxas de licenciamento. Além disso, deve-se considerar no aumento desses custos, a necessidade de vistoria técnica aos Projetos de Assentamento, visando definir e/ou realizar adequações nas áreas de reserva legal, preparando esses assentamentos para o licenciamento.

Deve-se salientar que, visando reduzir os custos de publicação, os vários requerimentos de LIO ou de LP, bem como os recebimentos das licenças ambientais expedidas, na maioria das vezes não são publicados individualmente, mas reunidos, sempre que possível, em uma só publicação, seja para LIO, seja para LP. Acrescente-se que em virtude do acatamento pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, do Plano de Desenvolvimento do Assentamento–PDA e/ou do Plano de Recuperação do Assentamento-PRA, como documentos técnicos para obtenção do licenciamento ambiental, gerou-se uma grande economia de recursos financeiros para Superintendência Regional, dispensando a contratação de novos estudos e relatórios destinados ao atendimento de exigências do licenciamento ambiental. Tudo isso demonstra o empenho feito por esta Superintendência Regional em utilizar de forma racional o recurso financeiro em questão e o esforço em reduzir o custo do licenciamento ambiental para o alcance das metas contidas no Plano de Ação e no Caderno de Metas da PO 2011.

Torna-se oportuno relatar que, desde 2008, quando foi desencadeado o processo de licenciamento ambiental, o INCRA/CE tem procurado, através do Serviço de Meio Ambiente, esclarecer e sensibilizar o Órgão Ambiental Estadual da necessidade da adequação da Resolução COEMA N°8, de 15 de abril de 2004, aos termos da Resolução Federal CONAMA N° 387, de 27 de dezembro de 2006, que estabelece procedimentos específicos para o licenciamento ambiental de projetos de reforma agrária. Como resultado desses esforços, foi aprovada no dia 02 de setembro de 2011 a Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA N° 26, que altera a Resolução COEMA N°8/2004. Entre as alterações consta que os casos de licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária serão regulados de acordo com a Resolução do CONAMA N° 387/2006.

Para exemplificar a importância da alteração e as inúmeras vantagens geradas para a Reforma Agrária no Ceará, destacamos aqui apenas os prazos de vigência das licenças. A resolução alterada estabelecia a vigência de 1 (um) ano para Licença Prévia – LP e no máximo 03 anos para Licença de Instalação e Operação – LIO. Na resolução do CONAMA estes prazos são de até 05 (cinco)

anos para LP e de 04 (quatro) a 10 (dez) anos para LIO. No entanto, torna-se oportuno ressaltar que, mesmo após a promulgação da Resolução COEMA N° 26/2011, o Órgão Ambiental até o presente momento, segue aplicando as licenças ambientais expedidas nos prazos estabelecidos pela resolução COEMA N° 8/2004.

Os curtos prazos estabelecidos pelo normativo anterior, além de elevarem os custos financeiros, provocaram o surgimento de outro passivo da Superintendência Regional em relação à legislação ambiental, desta vez de natureza administrativa, pois a Superintendência Regional já havia declarado que não possuía condições de atender às condicionantes estabelecidas nas licenças em tão curto prazo e que seria arrastada para uma situação de insegurança jurídica frente ao Órgão Ambiental Estadual.

Dificuldades Encontradas:

As dificuldades que se apresentam no processo de licenciamento, podem ser descritas considerando os aspectos internos e externos:

Do ponto de vista interno:

- O Serviço de Meio Ambiente da SR(02) conta com reduzido número de servidores para cumprir às exigências administrativas e operacionais estabelecidas no processo de licenciamento ambiental;
- Ausência de um Engenheiro Florestal para dar prosseguimento às ações de desenvolvimento, relativas ao manejo florestal. Atualmente a Superintendência Regional conta com 23 (vinte e três) Planos de Manejo Florestal implantados;
- A grande quantidade de PA envolvidos a cada ano no processo de licenciamento;
- O elevado custo financeiro anual gerado pelos gastos com taxas ambientais e publicação, tanto para as novas licenças ambientais, como para a renovação/regularização das já expedidas;
- Dificuldade de imprimir a temática ambiental nos seus vários aspectos, de forma transversal propiciando a incorporação das ações em todos os setores da SR(02), por intermédio do seu corpo técnico.
- Implantar projetos de recuperação ambiental no semi-árido, com os recursos vinculados ao orçamento geral do INCRA, tem sido tarefa das mais difíceis, se não inviável, pois as exigências legais para aplicação desses recursos tornam o custo dos projetos muito elevado e os resultados são duvidosos.

Do ponto de vista externo:

- Prazos de validade das LIO já expedidas pelo OEMA são extremamente curtos para o INCRA e, para os assentados cumprirem as condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais.
- Centralização de todas as decisões relacionadas aos Projetos de Assentamento pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará - SEMACE, em Fortaleza, tirando a possibilidade de construção de alternativas regionais e locais.
- Dificuldades em encontrar parceiros qualificados, especialmente para desenvolver ações na área de recuperação do passivo ambiental, além do alto custo proposto pelo serviço.
- A não aplicação pelo órgão ambiental da resolução do COEMA Nº 26/2011.

Sugestões para melhoria na execução da ação:

- Estudar alternativas que possibilitem a aplicação dos recursos para implantação dos projetos de recuperação de forma mais simples e direta, através da associação dos assentados;
- Dotar o Setor de Cartografia de recursos tecnológicos para atender às demandas geradas pela Ação;
- Avançar nos encaminhamentos e articulações em torno da elaboração de Projeto de Lei a ser proposto ao Governo Estadual, estabelecendo o tratamento diferenciado no licenciamento ambiental aos Projetos de Assentamento Federais e Projetos Estaduais;
- Capacitar/orientar os gestores da SR para valorizarem a prática da transversalidade em seu processo de gestão.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	ha	12.700	3.792,1397	-	3.792,1397	29,85	8.907,8603

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
872.000,00	1.027.245,45	1.027.179,06	99	1.027.094,28	99	1.027.179,28	99

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
212.245,33	201.716,08	2.918,14	7.611,11

Fonte: SIAFI

Resultados Alcançados:

Em 2011, parte da meta física da ação de obtenção de imóveis rurais, foi construída a partir da previsão do quantitativo de processos administrativos de desapropriação de imóveis rurais aptos para a emissão de decreto presidencial, o que, em normais condições de rito processual, seriam pagos e obtidos no ano 2011.

Ocorre que, nenhum dos decretos foi publicado em tempo hábil que propiciasse o pagamento e a obtenção desses imóveis em 2011. Somente 12 decretos foram publicados, no dia 26 de dezembro de 2011, o que impactará nas metas de 2012/2013.

Quanto à relação entre a execução financeira (99%) e meta física atingida da ação (29,85%), é importante explicar como se deu o processo de construção das metas. Inicialmente é estimado o potencial de área (ha) a ser obtida no exercício e o valor do hectare, com base nas áreas obtidas no ano anterior, e, a partir daí, é estimado o recurso necessário ao pagamento das áreas. Esses valores são consolidados em um documento denominado Capacidade Declarada. Posteriormente, os valores são fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA), que nem sempre coincidem com os valores declarados.

Neste caso os valores solicitados, considerados como necessários à execução financeira para se obter a meta declarada, foram de R\$ 5.715.728,00. Ocorre que, por ocasião da LOA (PO 2011), estes valores foram reduzidos para R\$ 872.000,00. Portanto, apenas 15,25% do necessário para cumprimento da meta.

Dificuldades Encontradas:

Existe uma demanda financeira para pagamentos de processos judiciais de áreas obtidas em anos anteriores, que pode impactar negativamente a execução orçamentária/financeira da SR(02), não gerando produto e, tampouco, contabilização na meta física.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0135.2272	A	3	Texto	-	-	-	-	-	

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
69.603,00	107.944,78	99.854,06	92,50	84.854,06	78,61	84.854,06	78,61

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
27.353,96	55,36	27.298,60	-

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados para o levantamento, em campo, da situação cadastral de imóveis rurais objeto de levantamento de dados, atividade essa complementada com os recursos da Ação de Vistoria e Avaliação.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	família	881	-	1.630	1.630	185,02	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
2.996.437,00	4.315.100,27	4.031.100,27	100	1.916.889,65	44,42	1.916.889,65	44,42

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
11.787.478,84	321.351,64	10.390.520,03	1.075.607,17

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

A execução física das obras de engenharia não é concluída no próprio exercício, o que levou ao resultado encontrado no quadro abaixo, sendo o mesmo representado pelo recebimento de obras de infraestrutura dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, as quais foram recebidas pelo setor de engenharia em 2011.

OBRA/SERVIÇO	UD	QTDE	VALOR DO INCRA (R\$1.000)	FAMÍLIAS ATENDIDAS
Açude – C	Ud	05	1.709,778	395
Açude – R	Ud	07	2.028,009	859
P. Molhada – C	Ud	02	329,870	204
Estrada – C	Km	13,65	334,040	91
Estrada – R	Km	16,50	340,946	81
Total		17,00	4.742,643	1.630

Em 2011, foram conveniadas obras de infraestrutura para beneficiar 09 projetos de assentamentos, onde serão contempladas 1.312 famílias com recursos da ordem de R\$ 4.032.100,27. Há que se destacar que tais obras não foram iniciadas, devido à dificuldade que as Prefeituras Municipais têm por ocasião do processo licitatório, o qual demanda em média 45 dias ou mais para a sua efetivação.

Destaca-se, ainda, que estão em execução obras de infraestrutura para atendimento de 4.825 famílias referentes a exercícios anteriores a 2011, sendo que 1.021 famílias serão beneficiadas através do Convênio INCRA e Governo do Estado do Ceará.

Dificuldades Encontradas:

Liquidou-se do volume de recursos empenhados, um percentual de 44,42%, correspondendo ao montante de R\$ 1.916.889,65. Tal resultado ocorreu, principalmente, devido a fatores como o grande número de Prefeituras inadimplentes, a falta de apresentação das licenças ambientais, o desinteresse de outras municipalidades no atendimento às diligências do INCRA, após a análise dos projetos básicos, bem como, à demora na correção e complementação de peças instrumentais do processo, tanto administrativas como técnicas.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará – SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela SR(02)

Execução Física da ação 8398 realizada pela SR(02)

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8398	A	3	Família	157	294	-	294	187,26	-

Fonte: Serviço de Cartografia da SR(02)F.

Execução orçamentário-financeira da ação 8398 realizada pela SR(02)

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
44.788,00	30.788,00	23.369,00	75,90	23.369,00	75,90	23.369,00	75,90

Fonte: Serviço de Cartografia da SR(02)F / SIAFI.

Execução de RAP no Exercício 2011.

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Liquidar
217.067,25	14.647,88	197.073,25	5.346,12

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

No exercício 2011 foram inicialmente programados recursos orçamentário/financeiro da ordem de R\$ 313.040,00, para medição e demarcação de área de reserva legal, em 21 Projetos de Assentamento inseridos nos Territórios da Cidadania, com 659 famílias, e outros 14 PA da Jurisdição da SR(02), com 452 famílias. Posteriormente, com os cortes orçamentário/financeiros definidos pelo Decreto nº 7.445/2011, de 1/3/2011, os recursos para esta Ação foram reduzidos para R\$ 44.788,00. Em função da disponibilidade dos recursos liberados pelo INCRA/Sede, definiu-se executar a ação em 10 PA da Jurisdição da SR(02), com 294 famílias, como meta consolidada na

PO/2011. Esta meta foi atingida plenamente pelos servidores do Serviço de Cartografia da SR(02)F, com 75,90% da provisão recebida.

Considerando que foi realizada a licitação através da Tomada de Preços nº 01/2010, somente em dezembro/2010, para execução do georreferenciamento / demarcação topográfica dos perímetros de 68 PA, com 4.581 famílias, por execução via indireta, do Lote 01 – Núcleo Territorial Leste Jaguaribe e que, posteriormente, foi contratada a empresa Geonordeste Serviços S/S Ltda, com recursos financeiros empenhados de R\$ 197.073,25, o início dos trabalhos deu-se em fevereiro/2011 com prazo de execução de 05 (cinco) meses, conforme processo nº 54130.002160/2010-17 e Contrato CRT/CE/Nº 08000/2010, para os quais foi executada a devida fiscalização dos trabalhos topográficos, recebimento e análise das respectivas peças técnicas pela Comissão de Fiscalização de Serviços Topográficos e servidores do Serviço de Cartografia.

Salienta-se que os referidos trabalhos técnicos contratados transcorreram normalmente, porém, em razão do período prolongado de chuvas, houve a necessidade de Termo Aditivo de Prazo, devidamente justificado pela empresa contratada e acatado pela Comissão de Fiscalização de Serviços Topográficos.

Outra atividade inerente ao Serviço de Cartografia da SR(02)F, que foi desenvolvida através do Comitê Regional de Certificação de Peças Técnicas, refere-se a certificação de peças técnicas de 125 imóveis rurais, com 102.163,2949 ha, de um total de 161 imóveis rurais, com 150.872,3843 ha, protocolados junto à SR(02). Cabe esclarecer que os outros 36 imóveis rurais, com 48.709,0900 ha, foram analisados, porém, não certificados em função de pendências técnicas ou cadastrais.

Informamos que a prioridade das vistorias preliminares com levantamentos topográficos de imóveis rurais, com fins de obtenção de terras para incorporação ao Programa de Reforma Agrária, ocupou significativo tempo de trabalho da equipe de técnicos do Serviço de Cartografia, porém, não comprometeu a execução dos trabalhos programados nos Projetos de Assentamento.

Vale ressaltar que não se programou licitação e contratação de empresa para georreferenciamento de Projetos de Assentamento, considerando que esses trabalhos estão sendo contemplados no Convênio INCRA / IDACE, com a execução do georreferenciamento de todos os imóveis rurais por varredura nos municípios, em praticamente todos os municípios do Estado do Ceará.

Esclarecemos que no Estado do Ceará, a maioria dos Projetos de Assentamento não é parcelada. Portanto, o georreferenciamento é executado somente nos perímetros dos mesmos, com fins imediatos de certificação das peças técnicas, conseqüentemente, a meta alcançada em famílias é sempre superior à meta prevista no Caderno de Metas.

2.3.2.2 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4320	A	3	Família	10	-	75	75	750	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
23.095,00	22.995,00	18.545,64	80,65	18.545,64	80,65	18.545,64	80,65

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Os recursos da Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – TerraSol foram utilizados no recebimento de duas casas de beneficiamento de mel nos assentamentos São José II e Lagoa do Serrote II, em Ocara. Tais empreendimentos foram construídos através de convênio com a Prefeitura Municipal de Ocara, a partir dos recursos do orçamento do exercício de 2009, e beneficiaram setenta e cinco famílias.

Foram ainda aplicados recursos de custeio da ação para acompanhamento da implantação de cinquenta unidades demonstrativas da tecnologia de Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS. A instalação destas unidades é objeto de convênio firmado pelo INCRA/Sede junto à Fundação Banco do Brasil e a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste – ASSOCENE.

2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento**Dados gerais da ação**

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4358	A	3	Unidade	365	3.619	-	3.619	991,51	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
51.155,00	71.725,42	66.914,64	93,29	66.914,64	93,29	66.914,64	93,29

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
3.374,67	-	200,00	3.174,67

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Inicialmente estava prevista na Capacidade Declarada a expedição de 2.300 documentos de titulação provisória – Contrato de Concessão de Uso-CCU. Posteriormente, em face do Decreto de cortes, a meta foi estipulada em 365 documentos.

A expedição de 3.619 títulos provisórios foi possível porque a organização do trabalho na SR(02)D permitiu a maximização da utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, principalmente no que tange ao deslocamento dos técnicos a campo para viabilizar as assinaturas dos documentos.

Dificuldades Encontradas:

As maiores dificuldades enfrentadas na execução do trabalho estão circunscritas ao ambiente institucional.

- a) As condições de trabalho da equipe responsável pela titulação provisória são insuficientes para atender a demanda de expedição de títulos provisórios, que ainda é muito elevada. O número de servidores é reduzido para dar agilidade a todas as etapas da atividade: emissão, cancelamento, arquivamento dos CCU e alimentação do Módulo Titulação/Supra. Os equipamentos disponibilizados também são insuficientes. Ressalte-se que a insuficiência ocorre num contexto de demanda reprimida, porque a Instituição até o ano de 2008 não realizava a expedição do Contrato de Concessão de Uso.
- b) A imposição pelo INCRA/Sede da publicação dos contratos de concessão de uso antes da assinatura do documento pelas partes (INCRA/beneficiários). No momento das assinaturas no campo é freqüente a constatação que o beneficiário não reside mais no PA ou faleceu. A publicação antecipada do CCU gera a responsabilidade de cancelar um ato que ainda não estava concluído. O tempo, que é um recurso não renovável, é desperdiçado nos desdobramentos de uma tarefa que não existiria se os contratos fossem assinados e, somente após, encaminhados para publicação.

2.3.2.4 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	A	3	Família	4.645	2.642	999	2.642	56,88	2003

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
15.544.735,00	14.839.800,00	14.476.200,00	97,55	2.084.400,00	14,05	2.084.400,00	14,05

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
19.610.802,00	12.390.000,00	6.755.252,40	465.550,00

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

O total dos recursos orçamentários para a execução dessa ação na PO 2011 foi de R\$ 15.544.735,00, objetivando atender 4.645 famílias assentadas.

Para a referida Ação, em qualquer das modalidades (Apoio Inicial, Aquisição/Recuperação de Material de Construção, Semi-Árido, Apoio Mulher), foram beneficiadas as famílias assentadas em assentamentos criados no final do ano de 2010, bem como, as 135 famílias assentadas em 2011 e as famílias recém assentadas em projetos antigos.

Também, tendo em vista que os valores do Crédito Instalação foram reajustados, algumas famílias que já haviam acessado o crédito habitação (construção ou recuperação) foram beneficiadas com complementação de crédito, sendo dessa forma, incluídas entre as famílias beneficiárias do montante do recurso da PO/2011.

Do total de recursos orçamentários aprovados para a execução da ação 0427, no valor de R\$ 14.839.800,00, foram empenhados R\$ 14.476.200,00. A execução financeira da PO/2011 foi de R\$ 2.084.400,00, representando 14,05% do valor empenhado.

Importante frisar que não foi possível realizar empenho para concessão de Crédito Instalação às 95 famílias assentadas em 03 projetos criados em 2011, visto que os processos de criação destes assentamentos foram concluídos somente no final do exercício, inviabilizando a instrução dos processos de concessão de crédito conforme determina a Norma de Execução/INCRA n.º 79/2008.

Ressalte-se ainda que, em 2011, foram repassados para as contas correntes das associações representativas dos beneficiários ou dos representantes legais dos assentados, o montante de R\$ 300.000,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO/2007 beneficiando 129 famílias; R\$ 196.500,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO/2008, beneficiando 78 famílias; R\$ 2.967.800,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO/2009, beneficiando 789 famílias, R\$ 3.462.152,42 de créditos inscritos em restos a pagar da PO/2010, beneficiando 967 famílias.

Os valores repassados a beneficiários de assentamentos criados em exercícios anteriores que tiveram direito à complementação de créditos já concedidos, cujos valores foram reajustados em 2011, representaram um montante significativo em relação ao valor total de Crédito Instalação pago na SR(02).

Concluindo, durante o exercício de 2011 foi repassado para as contas correntes (bloqueadas) vinculadas das associações ou dos representantes dos beneficiários dos projetos de assentamento no âmbito da SR (02), o montante de R\$ 9.423.452,42, beneficiando 2.642 famílias de assentamentos federais e estaduais.

Ressalta-se o grande esforço empreendido pela Unidade para agilizar e executar os pagamentos de Restos a Pagar, em relação aos exercícios anteriores.

Dificuldades Encontradas:

Nos últimos anos um grande volume de recursos foi repassado às associações, tanto de créditos novos como de complementação já com aplicação iniciada, mas não concluída. Por conta disso, houve um grande acúmulo de trabalho tanto para a gestão como para as equipes que acompanham efetivamente a aplicação do crédito (orientação aos beneficiários, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas).

Os limites impostos pelo Decreto nº 7.446/2011 foram determinantes na execução das ações do crédito Instalação nesse exercício, pois o volume de recursos disponibilizados para custeio das atividades definitivamente não atenderam as necessidades desta SR(02). A insuficiência de recursos, especialmente para diárias e combustível, limitou o início da aplicação dos créditos em vários assentamentos, tendo em vista a impossibilidade de acompanhamento pela equipe do INCRA.

Muitas famílias assentadas não possuem Contratos de Concessão de Uso – CCU. Esta situação impede, de acordo com os normativos vigentes, a aplicação de recursos do Crédito Instalação.

A Instrução Normativa/INCRA n.º 47/2008, que regulamenta os procedimentos de substituição de famílias desistentes do programa de Reforma Agrária nos assentamentos federais, também impactou na execução da Ação, pois esta Superintendência Regional teve bastante dificuldade em operacionalizar este normativo e conseqüentemente criar as vagas para beneficiar novas famílias.

As equipes do INCRA têm, ano após ano, sido reduzidas em face de aposentadorias, transferência de servidores, etc, diminuindo assim sua capacidade operacional. Convém destacar, ainda, o reduzido número de servidores com competências técnicas adequadas às variadas atividades do Programa Crédito Instalação, de acordo com os dispositivos da Norma de Execução/INCRA n.º 79/2008 e alterações dadas pela NE/INCRA 86/2009.

Parcerias:

Manteve-se a parceria firmada entre o INCRA/Sede o Banco do Brasil S/A, cujo êxito permite intermediar o repasse de recursos financeiros destinados aos beneficiários do Programa Crédito Instalação, nos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA.

Além disso, esta SR(02) manteve, no exercício de 2011, o Termo de Cooperação Técnica n.º 1.000/2009, com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, que tem por objetivo a colaboração e cooperação entre estes Órgãos Públicos na promoção de ações e atividades voltadas para a operacionalização do Programa de Crédito Instalação nos projetos de assentamento estaduais reconhecidos pelo INCRA.

2.3.2.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.122.2272	A	3	texto	9999	999	999	9999	9999	

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
600.000,00	835.088,97	809.685,64	96,96	658.393,89	78,84	658.393,89	78,84

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
83.462,49	49.437,26	14.208,91	19.816,32

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Do total recebido, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: repasse e acompanhamento dos créditos concedidos, apoio à organização e gestão dos assentamentos, acompanhamento e fiscalização de obras de infraestrutura, acompanhamento e fiscalização do crédito produtivo e participação nos fóruns territoriais.

2.3.3 Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Mário Leitão de Evaristo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; controle de aquisição de terras por estrangeiro; controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2011)

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2105	A	3	Imóvel	12.000	-	11.711	11.711	97,59	289

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
108.000,00	107.862,91	106.940,18	99,14	106.940,18	99,14	106.940,18	99,14

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
4.302,06	22,06	4.280,00	

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Destacamos como atividade que provocou impacto na execução física da Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, a implementação de um Plano de Trabalho, junto às Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, visando a capacitação e inserção de Chefes de UMC para operacionalização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR/WEB, facilitando assim o atendimento dos detentores de imóveis rurais em seu próprio município. Para isso, no 2º semestre de 2011, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(02)F, realizou:

- Oito treinamentos para Chefes de Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, em 06 cidades polos, no interior do Estado e na Capital, quanto à operacionalização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com um público total de 110 UMC, sendo que, após os treinamentos, 55 UMC receberam senha para análise e digitação de imóveis até 4 módulos fiscais e 65 UMC receberam senha para consulta e emissão de CCIR;
- Acompanhamento e supervisão dos 110 UMC treinados;
- Varredura, em todos os municípios do Estado, identificando 40 Municípios que não possuem Chefe de UMC, com a sugestão ao gestor municipal da necessidade de indicação de servidor para compor a UMC e o conseqüente treinamento, por parte do INCRA.
- Instrução de 38 Processos de Termo de Cooperação Técnica - TCT, a serem firmados com as Prefeituras Municipais, sendo que 10 deles foram devidamente concluídos em 2011 e 28 se encontram em andamento para 2012.

Junto ao Comitê de Certificação Regional foi dada entrada em 161 pedidos de certificação de peças técnicas e atualização cadastral, totalizando uma área de 150.710,7197 ha. Do total apresentado, foram concluídos 125 processos, resultando na certificação de 125 imóveis rurais (77,64%), com área certificada de 102.163,2949 ha (67,78% do total), e a conseqüente atualização cadastral. O restante, 36 processos, ficou com pendências técnicas e cadastrais, para serem solucionados em 2012.

Outras atividades foram desenvolvidas pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que culminaram no pronto atendimento a clientela demandante, como:

- Análise e digitação e processamento no SNCR/WEB, de 11.711 Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, recepcionadas nas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, na Sala da Cidadania e provenientes dos Convênios celebrados com o IDACE.
- Treinamento para 25 chefes de UMC novatos, sobre o novo Manual de Cadastro Rural – Módulo I – Recepção, com carga duração de 40 horas;
- Atendimento às solicitações do Poder Judiciário, Caixa Econômica Federal e outras instituições oficiais, quanto à existência ou não de imóveis rurais cadastrados em nome de pessoas físicas ou jurídicas em tramitação nessas instituições.
- Análise nos diversos processos administrativos relacionados com situações de natureza cadastral, como cancelamento de cadastro, autorização para desmembramento de áreas rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, e outros.
- Visita aos Cartórios de Registro de Imóveis, prestando orientações quanto às atualizações cadastrais, principalmente, nos municípios onde esta sendo executado o programa de Regularização Fundiária.

Dificuldades Encontradas:

Apesar da Meta Física de 12.000 imóveis rurais ter sido quase que totalmente cumprida, a mesma poderia ter sido superada, tendo em vista que, no Estado do Ceará, está sendo desenvolvido o Programa de Regularização Fundiária, onde todos os imóveis rurais estão sendo georreferenciados, cadastrados e deveriam estar sendo inseridos, na sua totalidade, no SNCR/WEB. Tal fato não ocorreu, por problemas operacionais do IDACE, quanto à utilização do PGD Fixo, nos trabalhos de digitação dos formulários de coleta.

Como dificuldades encontradas para que não se atingisse uma meta física maior do que a prevista pode-se citar:

- O bloqueio da senha do Cadastrador Regional do SNCR, em razão de procedimentos administrativos emanados do INCRA/Sede, durante quase todo o primeiro semestre de 2011, inviabilizando a inclusão de novos operadores no Sistema, bem como, a renovação de senhas de operadores já cadastrados;
- Dos 184 municípios do Estado, somente 02 Chefes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, até final do 1º semestre de 2011, tinham senhas de acesso ao SNCR. O restante, 182, não tinha a devida senha, tendo em vista que os mesmos não receberam nenhum treinamento específico para a operacionalização do sistema.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
99.999.9999.9999	P/A/OP	1/2/3/4	ha	-	-	-	3.241.300,31	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
6.621.949,00	1.617.000,00	5.004.949,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Embora não tenha havido provisão de recursos para esta Ação em 2011, o Georreferenciamento da Malha Fundiária no Ceará vem sendo executado mediante Convênios celebrados entre o INCRA e o IDACE, objetivando a execução de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais de uso múltiplo e Regularização Fundiária, conforme descrito abaixo.

Em 2011, foi executado pelo IDACE o Georreferenciamento de 3.241.300,31 ha, sendo 646.490,34 ha correspondentes ao CONVÊNIO CV/CE//Nº 32.000/2007 e 2.594.809,97 ha correspondente ao CONVÊNIO CV/CE//Nº 30.000/2008, respectivamente.

Convém destacar, ainda, a entrada de 161 pedidos de certificação de peças técnicas, totalizando uma área de 150.710,7197 ha, junto ao Comitê de Certificação Regional, dos quais foram concluídos 125 processos, resultando no georreferenciamento/certificação de 125 imóveis rurais (77,64%), com área georreferenciada/certificada de 102.163,2949 ha (67,78% do total).

Dificuldades Encontradas:

Destacamos como fator limitante, a precária Supervisão do Programa, por parte do INCRA, tendo em vista a não liberação de recursos para tal fim, em época oportuna, bem como a desestruturação, por parte do IDACE, da maior parte de sua rede de apoio, no interior do Estado (Núcleos Operacionais Móveis - NOM e Núcleos Fundiários - NF).

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unid de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	5.543	48.124	-	48.124	869,19	-

Fonte: Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.500.000,00	1.541.404,75	1.540.776,87	99,96	39.726,44	2,57	39.726,44	2,57

Fonte: Siafi, Caderno de Metas

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.250.022,54	1.488.169,04	5.761.853,50	-

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

A Regularização Fundiária de Imóveis Rurais no Ceará vem sendo executada pelo IDACE, que firmou Convênio com o INCRA, objetivando a execução de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais de uso múltiplo e Regularização Fundiária.

Em 2011 foram identificadas pelo IDACE posses em 48.124 imóveis, sendo 16.477 correspondentes ao CONVÊNIO CV/CE/Nº 32.000/2007 e 31.647 correspondente ao Convênio CV/CE/Nº 30.000/2008, correspondendo a uma área total de 3.241.300,31, estando os mesmos aptos à emissão dos respectivos Títulos de Domínio.

Dificuldades Encontradas:

Destaca-se como fator limitante, a falta de informações, por parte do IDACE, da quantidade de imóveis rurais (posses por simples ocupação) que, realmente tiveram os seus títulos devidamente expedidos e entregues.

2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e

disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0138.2272	A	3	texto	9999	999	999	9999	-	9999

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.125,00	136.538,13	119.922,47	87,83	109.922,47	80,51	109.922,47	80,51

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
73.000,00	-	73.000,00	-

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Os recursos aplicados foram utilizados para a atividade de descentralização do SNCR junto às prefeituras municipais, num total de 154 prefeituras, principalmente na assinatura e publicação dos Termos de Cooperação Técnica e, ainda, na capacitação dos responsáveis pelas UMC e atividades de supervisão das ações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Luiz Gilberto Costa Pereira.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0139.4572	A	3	Serv. capacit	80	333	-	333	416,25	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
34.480,00	84.493,06	67.573,21	79,97	67.297,21	79,65	67.297,21	79,65

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte:

Resultados Alcançados:

A SR(02) mantém o processo de qualificação de seus servidores, na perspectiva de melhorar progressivamente os resultados dos trabalhos realizados. Em agosto de 2011, fizemos a primeira oficina de auto-avaliação com base no GesPública, ampliando as oportunidades de capacitação e o número de capacitandos. A adesão ao GesPública permitiu iniciar, efetivamente, um processo que vinha sinalizado desde 2009, com propostas que, infelizmente, não haviam sido viabilizadas.

Outra característica importante é que operamos com baixo custo, tendo em vista que vários eventos foram realizados em Fortaleza, muitos deles com o apoio de parceiros, a exemplo do Banco do Nordeste e o Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos- IMPARH, que não oneraram o orçamento da Unidade.

No tocante à meta financeira, cumpriu-se 79,65% da meta, em virtude, também, da opção pela proposta de realização da oficina do GesPública com base nas premissas do Núcleo Gestor Estadual, sem ônus, abrindo mão, num primeiro momento, da proposta apresentada no projeto de capacitação “Construindo a Gestão Pública de Excelência na SR(02)”.

Dificuldades Encontradas:

Superou-se amplamente a meta, mas, as condições e recursos ofertados ainda estão longe de atender às necessidades dos servidores, tanto pela demanda acumulada, quanto pela velocidade das mudanças impostas pela legislação pública, pela tecnologia e pelas exigências para atender com mais agilidade, eficiência, eficácia e efetividade as ações da Autarquia.

Neste contexto, destaca-se o sucesso dos resultados alcançados, ao mesmo tempo em que evidenciou-se a necessidade de ampliar a oferta de capacitação, combinando cursos presenciais e a longa distância, criando assim um ambiente favorável ao acesso de conhecimentos atualizados e adequados às competências e habilidades dos nossos profissionais.

É importante destacar que os eventos enunciados acima se caracterizaram, em geral, pela carga horária reduzida e pela participação de grande número de servidores, esclarecendo que um mesmo servidor pode ter participado em mais de um evento.

Destaca-se, finalmente, a necessidade de refletirmos para reajustar, em especial, a carga horária dos eventos realizados, assegurando que os conteúdos ofertados sejam adequados às necessidades das ações que a Unidade desenvolve, inclusive, focando na formação de facilitadores internos para maximizar a força de trabalho.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: **Gercino José da Silva Filho.**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: **Fabíola Silva Gomes**

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando à capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1102.2109	A	3	-	-	-	-	-	-	

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	88.209,49	44.719,49	50,70	44.719,49	50,70	44.719,49	50,70

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
3.183,52	1.475,08	1.708,44	-

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

A Ouvidoria Agrária busca o fortalecimento das suas ações, especialmente através do trabalho articulado com instituições parceiras, a fim de que se possa ampliar a capacidade de responder à crescente demanda do público alvo, ou seja, famílias acampadas, assentados e assentadas nos assentamentos da Reforma Agrária e vítimas da violência no campo, que buscam apoio e ambiente para encaminhamento das suas demandas.

O visível aumento da violência no campo e o inverso aporte de recursos tanto financeiros, quanto humanos para a Unidade, como também para àquelas as quais se dirigem as demandas, resulta no passivo cujas proporções ganham corpo cada vez mais forte. Vale aqui ressaltar que a situação em tela está intrinsecamente relacionada com a premente necessidade de desenvolvimento de políticas públicas no campo, que efetivamente permitam a convivência pacífica e proporcionem oportunidades e resultados mais eficazes em todos os níveis do desenvolvimento rural sustentável. Neste contexto cabe o destaque para fortalecimento e agilidade no processo de Reforma Agrária. Tal afirmativa está ancorada, além de outras questões, nos conflitos resultantes da demora que os trabalhadores e trabalhadoras rurais enfrentam para terem acesso à terra, na exploração do trabalho, na concentração da terra e da renda.

Os desafios são muito grandes, mas o trabalho realizado em parceria tem permitido a continuidade e, em alguns aspectos, avanços na metodologia e eficiência na mediação dos conflitos.

À luz dessas considerações, apresenta-se os resultados alcançados abaixo, forjados no apoio e assessoria aos acampados, famílias que pertencem ao grupo populacional que demanda providências do poder público para acesso ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal:

- a) Distribuição de 18.831 cestas de alimentos;
- b) Aquisição de 77 bobinas de lonas para renovação ou cobertura de novos barracos;
- c) Realização de 12 reuniões para esclarecimentos sobre o processo de Reforma Agrária;
- d) Atualização das informações sobre a situação dos imóveis rurais junto a população interessada, objeto das demandas para desapropriação;
- e) Divulgação dos critérios e exigências para acesso ao Programa de Reforma Agrária junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutam pelo acesso a terra;
- f) Participação em três Audiências Públicas realizadas pelo Ministério Público e os diversos segmentos de Segurança Pública e Judiciária, Ouvidoria Agrária da Secretaria de

Desenvolvimento Agrário do Estado, com a missão de mediar e resolver conflitos agrários nos municípios de Aratuba e Nova Russas;

- g) Realização de 05 reuniões nos municípios de Irauçuba, Aracoiaba e Crateús para mediação de conflitos entre trabalhadores e proprietário de um imóvel rural com demanda para desapropriação, bem como entre trabalhadores das áreas de assentamento de reforma agrária;
- h) Visita a 7 acampamentos para acompanhamento e atualização de cadastro de acampados;
- i) Participação na reunião dos Fóruns dos Assentados do município de Trairi;
- j) Realização de reuniões com técnicos da Equipe de Articulação Territorial do INCRA para discussão, encaminhamento e ação conjunta com os técnicos de ATER, com vistas à superação de conflitos;
- k) Recepção de denúncias e queixas através de ligações telefônicas e presenciais.

Dificuldades Encontradas:

- a) Ausência de uma Comissão Interna de Mediação de Conflitos;
- b) Pouca clareza sobre o papel da Ouvidoria Agrária, especialmente no âmbito dos servidores da Superintendência Regional;
- c) Espaço físico e equipamentos de informática insuficientes para o atendimento das comissões de acampados;
- d) Carência de material educativo de interesse dos acampados, especialmente para questões que colaborem no processo de organização, visando ao acesso às políticas públicas e combate à violência;
- e) Dificuldades para finalizar as ações mediadas pelas OAR nas bases;
- f) Equipe da Ouvidoria com apenas a Ouvidora qualificada para atividades de mediação de conflitos, restringindo assim o atendimento às demandas;
- g) Número de veículos insuficiente para a quantidade de cestas de alimentos destinadas aos acampamentos;
- h) Falta de otimização na distribuição das cestas ao longo do ano, pela instituição parceira.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Mário Leitão Evaristo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1336.1642	A	3	Área reconhecida (ha)	237	0	1.302,4397	1.302,4397	549,55	

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
78.905,00	127.045,47	120.992,47	95,24	120.992,47	95,24	120.992,47	95,24

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
15.492,14	4.106,34	11.385,80	0,00

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Na Programação Operacional/2011 não havia previsão de meta física de comunidades tituladas, em razão dos prazos estabelecidos pela legislação específica combinado com as dificuldades operacionais, pois, o processo de regularização fundiária de áreas remanescentes de quilombos é complexo e diferenciado dos demais.

No exercício de 2011, concluí-se e publicou o RTID da Comunidade Quilombola de Brutos, localizada no Município de Tamboril, no Estado do Ceará, beneficiando 76 famílias em uma área de 1.302,4397 ha. Iniciou-se, ainda, os trabalhos de identificação de famílias e delimitação do perímetro da Comunidade Minador, encravada no Município de Novo Oriente, com área de 1.886,1199 ha, para a elaboração do RTID.

Dificuldades Encontradas:

As dificuldades relacionadas aos trabalhos realizados nos territórios das comunidades remanescentes de quilombos são justificadas por se tratar de um processo de regularização fundiária diferenciado e com relativo grau de complexidade.

O alto índice de recursos judiciais e entraves apresentados pelos detentores de imóveis rurais, nos processos administrativos em andamento.

A dificuldade de realização dos trabalhos de levantamento das informações agro-ambientais e cartográficas, com equipamentos de GPS, para elaboração da planta e memorial descritivo.

Precariedade dos cartórios de registros de imóveis rurais, geralmente, não informatizados, aliada às péssimas condições dos livros e inadequado número de pessoas para atender à demanda em tempo hábil.

Não se pode deixar de considerar a dificuldade na obtenção de informações dos nomes e endereços dos proprietários de imóveis rurais que não residem na área que, na maioria das vezes, são desconhecidos pelos integrantes das comunidades quilombolas.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.366.1350.4474	A	3	Trabalhador Escolarizado	1.115	-	1967	1967	176,41	9999

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.115.310,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
337.389,86	-	337.389,86	-

Fonte: SIAFI.

A ação de Educação de Jovens e Adultos no Campo foi desenvolvida em 2011 no Ceará mediante três Projetos de Escolarização do Ensino Fundamental para assentados e assentadas das áreas de Reforma Agrária, a saber:

- Projeto Ciência e Experiência no Saber e no Fazer da Reforma Agrária – II segmento em execução com 702 alunos(as).
- Projeto Olho D'água: Escolarizando Jovens e Adultos no Campo – I Segmento, em execução com 1.184 alunos (as).
- Projeto Mais um Passo na Educação do Campo – II Segmento foi concluído com 319 alunos em julho de 2011.

1- O PROJETO CIÊNCIA E EXPERIÊNCIA NO SABER E NO FAZER DA REFORMA AGRÁRIA

Resultados Alcançados:

O projeto foi retomado e está sendo executado através do Termo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal do Ceará - UFC e o INCRA.

O curso de II Segmento do Ensino Fundamental foi reiniciado após os trâmites processuais no INCRA/Sede e repasse dos recursos em outubro de 2011.

São trinta e três turmas em vigência em vinte e seis Projetos de Assentamentos localizados em doze municípios do Ceará, num total de 702 educandos (as). O Projeto conta também com trinta e três educadores (as) de Educação de Jovens e Adultos - EJA, do II Segmento, três coordenadores locais e três estudantes universitárias que acompanham o curso na sua execução.

O projeto está em vigência com suas atividades realizadas conforme o cronograma de execução previsto para 2011.

Dado o grande intervalo existente entre a formação das turmas e a iminência do início das atividades em sala de aula, foram realizadas visitas de mobilização nos assentamentos e confirmação da demanda organizada.

Foram também realizadas capacitações para os educadores (as), para os estudantes universitários e coordenadores locais envolvidos no Projeto, que fazem acompanhamento às salas de aula. As capacitações foram as seguintes: Encontro de Formação de estudantes universitários e coordenadores locais e Encontros Intensivos de Formação de Educadores, além dos Encontros Pedagógicos realizados nas três sub-coordenações.

As disciplinas trabalhadas em sala de aula seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. Os conteúdos das disciplinas estão sendo trabalhados em conjunto com os temas transversais como, trabalho, consumo, gênero, reforma agrária, educação sexual, geração e saúde.

Também foram entregues materiais didáticos para as turmas.

A equipe gestora do Pronera no Incra vem acompanhando a execução do projeto tanto *in loco*, nos assentamentos como junto a Coordenação do Projeto na Universidade.

No acompanhamento da Ação percebeu-se uma grande expectativa e ansiedade com relação ao início das aulas com a retomada do Projeto.

Dificuldades Encontradas:

Dentre as principais dificuldades encontradas em 2011 para o desenvolvimento do Programa, pode-se destacar a demora nos trâmites processuais retardando o repasse dos recursos conforme cronograma de desembolso, prejudicando a execução do projeto aprovado pelo INCRA.

2- PROJETO OLHO D'ÁGUA: ESCOLARIZANDO JOVENS E ADULTOS NO CAMPO

Resultados Alcançados:

Este projeto foi retomado e está sendo executado através do Termo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal do Ceará - UFC e o INCRA.

O curso de I Segmento do Ensino Fundamental foi reiniciado após os trâmites processuais no INCRA/Sede e repasse dos recursos em outubro de 2011.

São sessenta turmas em vigência em 35 Projetos de Assentamento localizados em 16 municípios do Ceará, num total de 1.184 educandos (as). O Projeto conta também com sessenta educadores (as) de Educação de Jovens e Adultos - EJA, do I Segmento, cinco coordenadores locais e cinco estudantes universitárias que acompanham cada dupla, em doze turmas do curso durante sua execução.

O projeto em vigência teve suas atividades realizadas conforme o cronograma de execução previsto para 2011.

Dado o grande intervalo existente entre a formação das turmas e o início das atividades em sala de aula, foram realizadas visitas de mobilização nos assentamentos.

Foram realizadas capacitações para os educadores (as) e também para os estudantes universitários e para os coordenadores locais envolvidos no Projeto, que fazem acompanhamento às salas de aula. Os eventos de capacitação realizados foram: Encontro de Formação de estudantes universitários e coordenadores locais e Encontros Intensivos de Formação de Educadores, Encontros Pedagógicos para estudo e planejamento.

Foram também entregues materiais didático-pedagógicos e kit do aluno em todas as turmas.

A equipe gestora do Pronera vem acompanhando a execução do projeto tanto in loco, nos assentamentos, como junto à Coordenação do projeto na Universidade.

Vale destacar o diagnóstico da realidade dos assentamentos, realizado pelos educadores em conjuntos com os educandos e presidentes de Associações dos Assentamentos, que possibilitou aos educandos maior conhecimento sobre sua realidade.

Dificuldades Encontradas:

Dentre as principais dificuldades encontradas em 2011 para o desenvolvimento do Programa, pode-se destacar a demora nos trâmites processuais retardando o repasse dos recursos conforme cronograma de desembolso, prejudicando a execução do projeto aprovado pelo INCRA.

3- PROJETO MAIS UM PASSO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este projeto foi desenvolvido através de convênio celebrado entre o INCRA e a Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, tendo como meta inicial a formação no II Segmento do Ensino Fundamental de 400 educandos (as), assentados e assentadas das áreas de Reforma Agrária. O Projeto esteve em vigência até julho de 2011.

Resultados Alcançados:

O curso veio atender à demanda de Escolarização no II Segmento do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos das áreas de Assentamento.

O curso foi concluído em julho de 2011 com a formação de 319 educandos (as) no II Segmento do Ensino Fundamental.

Destaca-se a grande importância para o desenvolvimento dos assentamentos, pois veio contribuir com a elevação do nível de escolaridade dos assentados (as), bem como o fortalecimento da educação, pois garantiu a continuidade do processo de escolarização do 6º ao 9º ano dos jovens e adultos dos assentamentos de reforma agrária onde se realizou o curso.

Torna-se relevante destacar a abordagem interdisciplinar dos conteúdos trabalhados pelos educadores a partir dos eixos temáticos relativos ao contexto do campo como, agroecologia, agricultura familiar camponesa, terra e trabalho na reforma agrária, organização social, lutas dos movimentos sociais do campo, educação do campo e seus sujeitos, diversidade, gênero e etnia.

Dificuldades Encontradas:

Destaca-se a dificuldade da conveniente em operacionalizar o Siconv. O próprio sistema de convênio apresentou algumas limitações em sua operacionalização. A terceira e última parcela dos recursos não pode ser repassada, devido à situação de inadimplência do Governo do Estado na ocasião, ficando a parcela inscrita em restos a pagar no ano de 2011.

2.3.7.2 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1350.8370	A	3	Profissional formado	56	60	50	110	196,43	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
276.579,00	135.104,00	135.104,00	100	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

Fonte: SIAFI.

No ano de 2011 foram desenvolvidos no Estado do Ceará dois Cursos de Graduação: O curso de Jornalismo, que se encontra em vigência mediante parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC, através de Termo de Cooperação firmado com o INCRA, e o Curso de Serviço Social, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará-UECE, com base em convênio celebrado em Dezembro de 2011.

Resultados Alcançados:

Curso de Jornalismo:

As atividades planejadas ocorreram conforme o plano de trabalho aprovado. Todas as disciplinas programadas para a 4ª e 5ª etapa do Tempo Presencial foram realizadas em 2011 a contento, cumprindo com os conteúdos e cargas horárias específicas. Ocorreram ainda atividades de extensão complementar à formação dos alunos, que segundo os mesmos, proporcionaram melhor rendimento e desempenho em sua aprendizagem.

Vale destacar o processo de organização da turma, através dos núcleos de base, que têm contribuído com o processo de participação e intervenção dos alunos no projeto durante sua execução.

Torna-se relevante apontar a qualidade da metodologia adotada pelos professores do curso, proporcionando melhor desempenho e maior rendimento na aprendizagem dos alunos.

O Tempo Presencial na Universidade foi alterado de 30 dias para 45 dias, em função da carga horária e conteúdos reivindicados pela turma.

O Tempo Comunidade teve o acompanhamento da universidade e foi organizado em grupos.

Curso de Serviço Social:

Segundo o Plano de Trabalho aprovado, na etapa de 2011, programou-se a preparação para o vestibular e a parte administrativa do projeto. Esta etapa foi realizada a contento, conforme acompanhamento junto à coordenação do curso, realizado pela equipe gestora do Pronera.

Dificuldades Encontradas:

Embora tenha sido firmado convênio em 2011, a primeira parcela só foi paga em 2012. Inicialmente o INCRA só tinha descentralizado o recurso orçamentário. Em seguida, o Governo do Estado estava inadimplente impedindo o repasse dos recursos.

2.3.7.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	P/A/OP	1/2/3/4	texto	-	-	-	-	-	

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	25.431,00	19.154,76	75,32	19.154,76	75,32	19.154,76	75,32

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Os recursos foram utilizados em despesas para a realização de acompanhamentos às ações do Programa em execução, desenvolvidas em salas de aula existentes nos projetos de assentamento.

Foi também realizado acompanhamento às turmas do II segmento que concluíram o curso, para que fosse feito acompanhamento objetivando realizar avaliação.

A partir dos acompanhamentos foram elaborados relatórios sobre as atividades desenvolvidas e sobre as reuniões realizadas com a coordenação dos cursos.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eduardo Rodrigues de Souza Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família	4.676	19.371	-	19.371	414,26	-

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
21.064.780,00	15.544.907,39	15.544.907,39	100!	5.824.054,18	37,46		37,46

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.100.000,00		1.100.000,00	

Fonte: SIAFI

Resultados Alcançados:

Como resultado do trabalho, iniciado pela SR(02) em 2010, com a elaboração das Chamadas Públicas de ATER, foram assinados 13 contratos de prestação de serviços de ATER em 2011, totalizando 19.371 famílias assentadas, em 395 Projetos de Assentamento. Inicialmente, foram assinados 10 contratos de ATER em agosto de 2011, sendo atendidas 13.598 famílias e outros 3 contratos de ATER foram assinados em outubro de 2011, com 5.773 famílias atendidas.

Deve-se destacar que, em 2011, foi realizada a transição do Convênio INCRA/SEBRAE, através do qual foram atendidas 18.205 famílias assentadas até fevereiro de 2011.

A mudança da forma de contratação, de convênio para contratação direta, exigiu da Superintendência Regional a reestruturação da Equipe Gestora de ATER, que agora conta com 10 servidores que são responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização dos 13 contratos, bem como, com o envolvimento de servidores da Divisão Administrativa e do Gabinete na gestão e viabilização do pagamento dos contratos de ATER.

A garantia da continuidade dos serviços de ATER para os assentamentos federais no Estado do Ceará, que havia sido atingida nos anos de 2009 e 2010, com o Convênio Plurianual INCRA/SEBRAE, é assegurada de forma definitiva com a implementação da Lei de ATER.

Portanto, no ano de 2011, atingiu-se no Estado do Ceará a Universalização do Programa de ATER para os Assentamentos Federais de forma continuada.

Dificuldades Encontradas:

Com a consecução dos 13 contratos de execução direta, que totalizam 19.371 famílias atendidas, em 395 Projetos de Assentamento, é exigida uma forte capacidade operacional da SR, em termos de número de servidores e infraestrutura, difícil de ser atendida em sua plenitude, dadas as condições atuais de escassez de servidores e de infraestrutura.

Avanços Observados:

As chamadas públicas de ATER garantiram a apresentação e aprovação de propostas técnicas baseadas na Política de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, atualmente em vigor no Estado do Ceará e coordenada pelos Governos Estadual e Federal, tendo sido assinados 13 contratos de ATER, correspondentes aos 13 Territórios Rurais existentes no Estado.

Com o Programa de ATER, observou-se a consolidação dos princípios da segurança

alimentar, da transição agroecológica, do protagonismo de jovens e mulheres no desenvolvimento produtivo e na gestão dos assentamentos, do planejamento participativo dos assentamentos, dos Núcleos Operacionais e dos Territórios.

Observou-se a melhoria da qualidade dos serviços de ATER, à medida que as metas e serviços constantes nas Chamadas Públicas e nas Propostas Técnicas aprovadas, contemplam os seguintes eixos de desenvolvimento: Apoio à Gestão Territorial, Organização Sustentável da Produção, Saúde, Saneamento e Acesso à Água, Educação e Cultura, Infraestrutura e Meio Ambiente.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	P/A/OP	1/2/3/4	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
100.000,00	48.256,40	47.070,22	97,54	42.798,92	88,69	42.798,92	88,69

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
3.454,50	2.070,50	1.380,00	

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

Os recursos foram aplicados no monitoramento e na fiscalização das ações dos 13 contratos de ATER, em 395 projetos de assentamento, com 19.371 famílias assistidas.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0750.2000	A	3	texto	9999	999	999	9999		9999

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.010.081,00	1.234.104,84	1.225.980,97	99,34	1.192.258,46	96,61	1.192.258,46	96,61

Fonte: Siafi, Caderno de Metas, SIR/Monitoramento e Avaliação

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
161.545,50	10.600,68	139.427,20	11.517,62

Fonte: SIAFI.

Resultados Alcançados:

A Ação de Apoio Administrativo tem como objetivo atender às despesas de administração da SR(02). Os valores acima descritos acima referem-se aos seguintes itens:

- a) Serviços de terceirização de mão-de-obra (receptionistas, copeira, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial, reprografia e vigilância);
- b) Despesas com água, energia, telefonia fixa e móvel, manutenção do elevador, das centrais de ar-condicionado, da central telefônica, locação de máquinas copadoras, serviços de manutenção corretiva;
- c) Contratação de internet 3G;
- d) Conclusão das obras de recuperação e renovação do auditório da SR(02);
- e) Instalação de dez equipamentos de centrais de ar condicionado - 60.000btu;

2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.1 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Fam	720	411	-	411	57	309
21.631.0135.8387	A	3	Há	58.000	53.526		53.526	92,28	4.473
21.631.0135.8374	A	3	Licença	38	39	-	39	102,63	-
21.631.0135.4460	A	3	Há	12.700	3.792	-	3.792	29,85	8.907
21.631.0137.8396	A	3	Fam	881	-	1.532	1.532	173,89	-
21.631.0137.8398	A	3	Fam	157	294	-	294	187,26	-
21.631.0137.4320	A	3	Fam	10	-	75	75	750	-
21.631.0137.4358	A	3	Unid	365	3.619		3.619	991,51	-
21.631.0137.0427	A	3	Fam	4.645					
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel	12.000	11.711	-	11.711	97,59	289
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel	5.543	48.124		48.124	869,19	-
21.128.0139.4572	A	3	Serv.	80	333	-	333	416,25	-
21.366.1350.4474	A	3	Trab. escolarizado	1.115	-	1.967	1.967	176,41	-
21.366.1350.8370	A	3	Prof. formado	56	50	60	110	196,43	-
21.606.1336.4470	A	3	Fam	4.676	19.371	-	19.371	414,26	-
21.122.0750.2000	A	3	-	Não há	-	-	-	-	-
21.127.1336.1642	A	3	Área reconhecida	237	-	1.302	1.302	549,37	-

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

QUADRO A.2.2 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	22201	373045

Fonte: Divisão de Administração SR(02)

2.4.1 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.3 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			2.264,27		20.826.658,04
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			4.337.044,90	15.867.045,45	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Os recursos são originários da Programação Operacional cuja definição é feita na Diretoria Colegiada. Entende-se que a discussão prévia das metas na capacidade declarada realizada pelas SR foi um avanço importante que se manteve em 2011, permitindo uma melhor organização das superintendências para conduzir as ações, a partir de uma visão mais consentânea com a realidade local.

Os cortes orçamentários realizados em 2011 impactaram negativamente o desempenho das ações da SR(02). Entretanto. Em termos gerais, obteve-se um índice importante de empenho dos recursos provisionados.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.4 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	13.978,00	28.838,19	13.978,00	
Tomada de Preços		304.563,10		102.143,73
Concorrência				
Pregão	1.247.366,86	1.929.577,42	1.247.366,86	1.602.924,43
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	3.407.998,26	207.152,12	3.407.998,26	189.895,09
Inexigibilidade	463.419,47	547.423,39	463.419,47	426.418,74
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	170.147,32	281.627,15	170.147,32	281.627,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.093.811,22	2.039.224,30	1.093.811,22	2.031.324,81
Outros				

Fonte: SIAFI/GERENCIAL

QUADRO A.2.5 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	13.433.126,80	1.442.816,79	13.433.126,80	1.442.816,79	93.358,35	308.444,65	4.015.522,40	1.081.501,24
Diárias	1.093.811,22	2.039.224,36	1.093.811,22	2.039.224,36			1.093.811,22	2.031.324,81
Transferências Cons. Públicos	4.135.015,50	19.659.166,86	4.135.015,50	19.659.166,86		15.287.398,86	2.499.911,50	8.621.777,00
Demais elementos do grupo	2.039.497,98	1.642.946,73	2.039.497,98	1.642.946,73	87.204,70	170.499,98	1.433.618,87	1.553.934,1

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.6 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
Contribuições	4.031.100,50	11.781.545,34	4.031.100,50	11.781.545,34		11.787.479,04	1.916.889,65	3.058.536,48
Aquisição Material Permanente	7.966,63	369.855,51	7.966,63	369.855,51		117.939,00	5.800,63	248.636,52
Obras e Instalações	13.978,00	28.838,19	13.978,00	28.838,19		28.838,19	13.978,00	
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Aquisição de Imóveis	1.027.179,06	2.778.418,79	1.027.179,06	2.778.418,79		311.144,63	1.027.094,28	2.638.074,17
Concessão empréstimos e Financiamentos	14.476.200,00	6.076.502,42	14.476.200,00	6.072.502,42		20.618.802,42	2.084.400,00	2.201.400,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Da mesma forma que em 2010, embora tenham sido significativos, os cortes orçamentários foram administrados de forma eficiente na maioria das ações. Contudo, diante da demanda existente, restringiram-se as condições para o atendimento e o acompanhamento às famílias beneficiadas e das ações, principalmente, em face das limitações de GAP.

Destaca-se na execução orçamentária a questão dos restos a pagar e infraestrutura, onde se observa o esforço empreendido pela Unidade para agilizar o pagamento dos mesmos, notadamente, na área de crédito de instalação, o que deverá proporcionar melhor operacionalização da força de trabalho.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br. 	72%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. 	77,64%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 	Não há imóveis titulados. Contudo, existem 48.124 imóveis prontos para serem titulados

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. 	348,34
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 	86,66
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. 	22,02

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	119,46
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. 	Não há
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	217,03

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. 	11,92
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> · Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR 	343

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	90,8
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Não há
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	2,64

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não há
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	--------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	Não há

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	169%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	518%
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> SIAFI e SICONV 	42,85
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD. 	Não há

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
37201		Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Linha Detalhe					
UG	Credor (UG/GESTÃO)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
373045	110245/00001	19.922,72			19.922,72
Razões e Justificativas:					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Registramos que não houve impacto na gestão orçamentária e financeira da Unidade em razão do valor reduzido do passivo. O mesmo foi proveniente de pagamentos de publicações legais de editais de notificação junto à Empresa Brasileira de Comunicação-EBC, em razão de determinação judicial, que obrigou a SR(02) a promover a publicação dos referidos editais.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	9.034,77	9.034,77	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	24.470.882,77	3.711.455,37	19.242.562,45	1.516.864,95
2009	30.354.172,81	8.659.172,33	21.555.600,48	139.400,00
...				
Observações:				

Fonte:SIAFI

Análise Crítica

Observando-se a série histórica, desde 2008, percebe-se o esforço empreendido pela Unidade, notadamente a partir do segundo semestre de 2011, em reduzir o volume de recursos em restos a pagar.

Contudo, mantêm-se o desafio da insuficiente capacidade Operacional no âmbito da SR(02), diante do volume de trabalho, especialmente nas ações de concessão de crédito e execução da infraestrutura.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		204	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		204	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		107	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		7	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
		204	0	1

Fonte: Incra Sede/DA

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)	9
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) Lei 73/93 (AGU) e Lei 6999/82 (TRE)	9
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: Inkra Sede/DA

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	14	10	4
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	10	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		13	10	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	2	1	1
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2	1	1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	11	5

Fonte: Incra Sede/DA

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	3	19	33	85	48
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	19	33	85	48
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	2	1	3	9	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	1	3	7	1
2.3. Funções gratificadas				2	
3. Totais (1+2)	5	20	36	94	49

Fonte: Incra Sede/DA

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	18	0	43	127	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			18		43	127			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	12	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	12			
2.3. Funções gratificadas					2				
3. Totais (1+2)	0	0	18	0	47	139	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Inkra Sede/DA

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	8	8
1.1 Voluntária	8	8
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	8	8

Fonte: RH/SR(02)

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1	1
1.1. Integral	1	1
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	1	1

Fonte: RH/SR(02)

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	12	13	14	R\$ 81.595,32
1.1 Área Fim	5	5	6	6	R\$ 35.270,24
1.2 Área Meio	7	7	7	8	R\$ 46.325,09
2. Nível Médio	7	7	7	7	R\$ 30.577,02
2.1 Área Fim	4	4	4	4	R\$ 17.421,79
2.2 Área Meio	3	3	3	3	R\$ 13.155,23
3. Total (1+2)	19	19	20	21	R\$ 112.172,34

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Exercícios/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	R\$ 11.768.720,93		R\$ 1.091.520,02	R\$ 361.854,16	R\$ 1.581.227,19	R\$ 1.139.103,44	R\$ 3.233,01	R\$ 3.826,50	R\$ 464.976,03	R\$ 16.414.461,28
	2010	R\$ 12.828.818,12		R\$ 1.152.218,97	R\$ 352.476,01	R\$ 1.999.958,94	R\$ 1.794.794,12	R\$ 0,00	R\$ 25.468,63	R\$ 428.645,38	R\$ 18.582.380,17
	2009	R\$ 13.306.406,58		R\$ 1.116.829,63	R\$ 388.481,98	R\$ 1.089.164,98	R\$ 2.298.193,60	R\$ 6.621,91	R\$ 0,00	R\$ 411.489,92	R\$ 18.617.188,60
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011					R\$ 1.347,75					R\$ 1.347,75
	2010					R\$ 0,00					R\$ 0,00
	2009					R\$ 0,00					R\$ 0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		R\$ 349.515,24			R\$ 112.379,72					R\$ 461.894,96

	2010		R\$ 332.164,10			R\$ 111.809,56					R\$ 443.973,66
	2009		R\$ 322.162,18			R\$ 77.615,21					R\$ 399.777,39
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
eios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
eios	2011		R\$ 10.104,24			R\$ 2.382,55					R\$ 12.486,79
	2010		R\$ 10.104,24			R\$ 13.370,24					R\$ 23.474,48
	2009		R\$ 9.472,72			R\$ 14.259,47					R\$ 23.732,19

Extração DW Siape dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.10 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INCRA													
UG/Gestão: 22201						CNPJ: 00375972000403							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	E	CRT/CE/Nº180002011	09019150000111	22/11/2011	20/05/2012		11		1			A
2009	L	E	CRT/CE/Nº100002009	72088016000109	01/11/2009	31/10/2011		8					P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Quadro A.5.11 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INCRA													
UG/Gestão: 22201						CNPJ: 00375972000403							
Informações sobre os contratos													
Ano	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	CRT/CE/Nº11000/2008	09019150000111	24/11/2008	23/11/2012				15			P
2008	3	O	CRT/CE/Nº13000/2008	09019150000111	17/12/2008	16/12/2012		1					P
2011	2	E	CRT/CE/Nº18000/2011	09019150000111	22/11/2011	20/05/2012		11		1			A
2011	2	O	CRT/CE/Nº 02000/2011	11786359000152	06/01/2011	05/01/2012		1					E
2011	1	O	CRT/CE/Nº01000/2011	05485352000106	06/01/2011	05/01/2012		2					P
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Outras. <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte:

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Da mesma forma que em 2010, ainda não se utiliza indicadores gerenciais relativos ao absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Entretanto, em 2011, iniciou-se um amplo trabalho de melhoria da gestão da Unidade, ancorado no programa GesPública, que visa a construção da excelência da gestão no serviço público. Realizou-se a primeira auto-avaliação e delineou-se um conjunto de medidas consubstanciadas nos planos de melhoria, que vêm sendo implementados.

Paralelamente, a SR(02) deu início à organização das atividades necessárias para a realização do processo de avaliação de desempenho, cujo conteúdo permitirá uma visão gerencial abrangente da situação dos recursos humanos da Unidade.

Considera-se oportuno destacar a necessidade de fortalecer o Programa de Capacitação e recomposição da nossa força de trabalho. Um rápido olhar na faixa etária dos servidores, associada à quantidade, diversidade e complexidade das ações é suficiente para vislumbrar a necessidade premente de recomposição da força de trabalho.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INCRA									
CNPJ: 00375972000403				UG/GESTÃO: 373045/37201					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	702940	07.121.494/0001-01	43.236.260,00	1.100.000,00	3.599.911,50	21.597.498,03	3/3/2009	31/12/2011	6
1	726861	07.663.826/0001-80	400.390,93	36.687,17	0,00	363.703,76	31/12/2009	30/12/2011	1
1	703923	07.982.036/0001-67	325.789,81	6.440,76	31.534,89	287.814,16	8/12/2009	1/6/2011	1
1	741546	07.598.659/0001-30	1.056.837,34	56.837,34	0,00	1.000.000,00	28/10/2010	25/6/2011	1
1	726501	124.596.16/0001-04	159.768,78	3.260,00	0,00	156.508,78	30/12/2009	21/4/2011	1
1	738564	124.596.16/0001-04	455.594,18	9.297,84	0,00	446.296,34	23/10/2010	21/4/2011	1
1	734430	07.413.255/0001-25	867.456,10	17.456,10	0,00	850.000,00	1/1/2011	31/3/2011	1
1	737530	07.528.292/0001-89	169.735,34	3.395,00	0,00	166.340,34	22/1/2011	18/9/2011	1
1	740289	07.533.946/0001-62	174.699,80	7.000,00	0,00	167.699,80	23/10/2010	20/2/2011	1
1	715683	07.693.989/0001-05	223.580,52	6.710,52	0,00	216.870,00	15/12/2009	9/4/2011	1
1	702680	07.885.809/0001-97	710.680,96	7.273,73	337.389,86	373.300,10	31/12/2008	31/7/2011	1
1	640198	09.450.206/0001-98	40.000.000,00	20.000.000,00	10.750.000,00	20.000.000,00	31/12/2008	30/12/2012	1
1	704125	07.963.259/0001-87	244.087,05	3.087,05	241.000,00	241.000,00	14/12/2009	4/12/2011	1
1	723277	07.954.563/0001-68	3.137.303,68	313.833,70	2.823.469,98	2.823.469,98	28/12/2009	28/12/2012	1

Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	737494	10.508.935/0001-37	202.798,90	4.798,90	198.000,00	198.000,00	25/6/2010	20/6/2011	1
1	737531	07.566.516/0001-47	147.020,83	7.020,83	140.000,00	140.000,00	30/6/2010	23/10/2011	1
1	737979	07.535.446/0001-60	140.800,97	5.632,97	135.168,00	135.168,00	30/6/2010	20/2/2012	1
1	737981	07.535.446/0001-60	159.101,13	6.364,13	152.737,00	152.737,00	1/7/2010	22/5/2012	1
1	738546	07.566.920/0001-10	149.750,00	1.512,63	148.237,37	1.512,63	28/6/2010	20/1/2012	1
1	739179	07.982.028/0001-10	173.827,37	3.827,37	170.000,00	170.000,00	1/7/2010	17/12/2011	1
1	741529	07.993.439/0001-01	416.595,84	8.897,24	407.698,60	407.698,60	1/7/2010	24/10/2011	1
1	741535	07.993.439/0001-01	278.244,41	5.943,01	272.301,40	272.301,40	1/7/2010	24/10/2011	1
1	741717	07.683.188/0001-69	149.984,81	3.094,81	146.900,00	146.900,00	1/7/2010	24/10/2011	1
1	743685	07.891.682/0001-19	178.245,92	8.912,30	0,00	0,00	2/7/2010	21/6/2012	1
1	743695	07.589.369/0001-20	200.847,84	16.067,83	184.780,01	184.780,01	2/7/2010	30/12/2011	1
1	743716	07.623.077/0001-67	1.260.000,00	50.400,00	1.209.600,00	1.209.600,00	2/7/2010	19/5/2012	1
1	744002	07.598.659/0001-30	722.531,55	27.531,55	0,00	0,00	2/7/2010	21/6/2012	1
1	744395	07.849.532/0001-47	1.878.159,83	145.174,54	1.732.985,29	1.732.985,29	31/12/2010	24/4/2012	1
1	744943	07.683.188/0001-69	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	16/12/2010	11/12/2011	1
1	752192	10.517.563/0001-05	485.885,22	9.916,22	475.969,00	475.969,00	29/12/2010	24/12/2011	1
1	752198	07.528.292/0001-89	215.585,26	4.311,74	0,00	0,00	24/12/2010	17/4/2012	1
1	752200	07.849.532/0001-47	1.049.116,91	10.116,91	1.039.000,00	1.039.000,00	26/11/2010	17/4/2012	1
1	752841	63.386.627/0001-42	496.751,58	10.251,58	486.500,00	486.500,00	24/12/2010	17/4/2012	1
1	752862	63.386.627/0001-42	300.651,52	6.013,03	294.638,49	294.638,49	24/12/2010	17/4/2012	1
1	756741	10.508.935/0001-37	317.035,00	6.340,70	0,00	0,00	22/12/2011	20/4/2012	1
1	756745	10.508.935/0001-37	302.061,69	6.041,23	0,00	0,00	22/12/2011	20/4/2012	1
1	760347	07.693.989/0001-05	272.177,22	5.443,54	0,00	0,00	29/12/2011	27/4/2012	1
1	762224	07.761.575/0001-17	788.301,91	15.766,04	0,00	0,00	23/12/2011	21/4/2012	1
1	763869	09.450.206/0001-98	17.343.411,00	8.671.705,50	0,00	0,00	29/12/2011	26/6/2013	1
1	760545	07.885.803/0001-97	1.362.542,00	73.398,00	0,00	0,00	29/12/2011	29/12/2015	1
1	757699	63.386.627/0001-42	477.781,95	9.555,64	0,00	0,00	29/12/2011	27/4/2012	1

Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	760215	12.459.616/0001-04	507.664,76	10.153,30	497.511,46	497.511,46	23/12/2011	21/4/2012	1
1	761185	07.683.188/0001-69	422.110,41	8.443,00	413.667,41	413.667,41	22/12/2011	20/4/2012	1
1	761187	07.726.540.0001-04	271.160,78	5.450,00	265.710,78	265.710,78	23/12/2011	21/4/2012	1
			122.705.265,93	30.752.298,58	26.994.711,04	57.755.181,36			

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 – Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/ SICONV 2011

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Nome: INCRA					
CNPJ:	CNPJ: 00375972000403					
UG/GESTÃO:	373045/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	11	26	28	26.994.711,04	21.158.509,96	22.943.840,20
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	11	26	28	26.994.711,04	21.158.509,96	22.943.840,20

Fonte: SIAFI/SICONV 2009, 2010, 2011

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INCRA					
CNPJ: 00375972000403			UG/GESTÃO: 373045/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	24	43.089.893,04	29.792.501,04	9.325.763,29	69,14%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	24	43.089.893,04	29.792.501,04	9.325.763,29	69,14%

Fonte: SIAFI/SICONV 2011

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INCRA					
CNPJ: 00375972000403			UG/GESTÃO: 373045/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	10	-	-
		Montante Repassado	34.786.938,95	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	06	-	-
		Montante Repassado	2.456.142,66	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	15	-	-
		Montante Repassado	4.899.574,94	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	997.786,78	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI SICONV 2011

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INCRA					
CNPJ: 00375972000403			UG/GESTÃO: 373045/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			28	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas	10	
		Montante repassado (R\$)		9.893.753,84	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	12 (EXERCÍCIOS ANTERIORES)	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	21	
Montante repassado (R\$)			31.043.529,02		
2010	Quantidade de contas prestadas			17	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		09 (EXERCÍCIOS ANTERIORES)	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		13	
		Montante repassado (R\$)		8.901.306,17	
2009	Quantidade de contas prestadas			31	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		26	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		12	
		Montante repassado		6.025.250,36	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		22	
		Montante repassado		22.017.557,19	

Fonte: SIAFI SIOCNAV 2009, 2010, 2011

Análise Crítica

Observa-se que a Unidade apresentou dificuldades para a análise de prestação de contas. Em 2009 foram analisados 26 processos, enquanto que em 2010 esse número cai para 9 apenas e, em 2011, retomou-se o processo de análise, que passou para 12. Tais impedimentos se referem à conjuntura na qual se encontra o setor de contabilidade dessa Regional, onde é necessário recompor a equipe, cujo quadro atual não é suficiente para a análise do volume de processos e recursos repassados pela Unidade.

Como medida para minimizar as dificuldades assinaladas o INCRA/Sede retomou, em 2011, as diretrizes, ações e prazos para a eliminação do estoque de convênios pendentes nas unidades regionais, objeto da portaria 522/2010, sob a vigência da IN/STN/MF/01/1997, mediante a publicação da portaria 420/2011.

No âmbito da unidade refez-se a Ordem de Serviço e estima-se que até o final do exercício vigente o trabalho será concluído.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Gilberto Costa Pereira, CPF nº **15531120320**, Chefe da Divisão de Administração, exercido na Unidade do INCRA/CE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza, 29 de março de 2012.

Luiz Gilberto Costa Pereira

CPF: 15531120320

Chefe da Divisão de Administração/INCRA(SR02)

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	6	8
	Entregaram a DBR	10	6	8
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Divisão de Administração SR(02).

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: A SR(02) busca aprimorar os controles e desenvolver um processo de integração das atividades. A primeira oficina de autoavaliação realizada no âmbito do GesPública, proporcionou um rico acúmulo de informações em todos os segmentos que a Unidade atua, que deverá contribuir para qualificar o mecanismos de controle interno. Metodologicamente, no tocante aos controles que tratam da avaliação de riscos, não há estruturação científica. Contudo, todo o planejamento da SR(02) é realizado considerando uma programação que otimize a utilização dos recursos, tanto financeiros como humanos.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Coleta seletiva solidária, uso racional da água e energia elétrica, limpeza de equipamentos, equipamentos de segurança, respeito às NBRs, fornecimento de materiais que não contenham substâncias perigosas, acondicionamento em embalagens recicláveis, utilização de produtos biodegradáveis atóxicos, conforme a ABNT e prevenção de riscos ambientais de acordo com a legislação vigente</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X		
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				

Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Principalmente mediante comunicações internas na página do Incra na Internet				X	
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	2	2
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração, SPIUnet

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Divisão de Administração, SPIUnet

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373045	1389.00465.500-8	21	bom	608.456,00	20/08/2001	2.508.000,05		
373045	1389.00466.500-3	21	bom	148.000,00	17/08/2001	366.448,00		
Total							Σ	Σ

Fonte: Divisão de Administração, SPIUnet

Análise crítica:

As questões objeto da informação sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade desta Unidade Gestora, classificado como Bens de Uso Especial de propriedade da União, foram objeto de ressalvas por Equipe de Auditoria da Controladoria Regional da União no Estado do Ceará, nos termo do documento número 20119234/01, por apresentar saldo de contas de Imóveis de Uso Especial sem registro de Imóvel Público, não registrado no Sistema SPIUnet. Desse modo, após regularização da pendência junto ao órgão local de contabilidade, o Gabinete da SR(02) apresentou ofício ao CREA/CE, solicitando vistoria e avaliação das referidas unidades imobiliárias, objetivando a devida atualização monetária e dados cadastrais dos imóveis no Sistema SPIUnet.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Recursos Humanos de TI	X				
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores - 01 Terceirizados - 01 Estagiários - 02				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas				X	
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				Os recursos de TI, são avaliados periodicamente, diante da solicitação de cada solução e através dos recursos disponibilizados pela a DET.	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					

10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				As soluções são avaliadas e só então disponibilizadas para o atendimento dos clientes.	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				Não existe nenhum contrato de serviço na SR(02)	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI			X		
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			O Termo de Referência que a SR(02) esta trabalhando para a contratação de suporte, trata do ponto (IN 04)		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			A gestão dos contratos de TI, está sob a responsabilidade de um servidor do setor de Informática e o serviço administrativo		

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Obs: Os espaços em branco são e responsabilidade do INCRA/Sede

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
373045					
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
AGENOR FERREIRA FILHO	031.461.033-20			R\$ 1.476,63	R\$ 1.476,63
ALCIR FERREIRA REGO	060.772.933-34			R\$ 1.092,89	R\$ 1.092,89
ANTONIO CARLOS ALMEIDA PAES	207.618.301-97			R\$ 3.316,42	R\$ 3.316,42
ANTONIO FERREIRA DE BARROS FILHO	097.749.471-34			R\$ 585,00	R\$ 585,00
ANTONIO WELLINGTON LIRA MOREIRA	622.184.683-87			R\$ 212,00	R\$ 212,00
CARLOS JOSE FELIX DA SILVA	090.779.873-04			R\$ 6.263,71	R\$ 6.263,71
CICERO DALTON RANGEL DE MACEDO	204.855.903-44			R\$ 3.362,00	R\$ 3.362,00
CICERO DOS SANTOS	904.906.578-34			R\$ 4.298,00	R\$ 4.298,00
EDUARDO RODRIGUES DE SOUSA NETO	658.436.143-87			R\$ 2.022,00	R\$ 2.022,00
EPAMINONDAS ARISTOTELES DA SILVA	112.460.223-20			R\$ 5.635,48	R\$ 5.635,48
EUNILDO BERNARDO DA SILVA	190.036.923-00			R\$ 1.190,01	R\$ 1.190,01
FRANCISCO ALDAMIR CASTELO BRANCO	081.453.773-15			R\$ 5.367,57	R\$ 5.367,57
FRANCISCO DE ASSIS LOPES BEZERRA	121.261.523-91			R\$ 5.953,61	R\$ 5.953,61
FRANCISCO FELIX DE SOUSA FILHO	073.347.023-87			R\$ 1.230,02	R\$ 1.230,02

FRANCISCO FERREIRA BARBOSA NETO	037.049.553-53				R\$ 8.393,62	R\$ 8.393,62
FRANCISCO JOSE MOREIRA PICCININI MOURA	228.768.553-72				R\$ 4.152,77	R\$ 4.152,77
FRANCISCO LOPES SOBRINHO	112.379.962-87				R\$ 3.726,05	R\$ 3.726,05
GEORG VASCONCELOS GOERSCH	839.433.153-04				R\$ 644,30	R\$ 644,30
GETULIO ZUZA LEITE DE MACEDO	091.118.753-72				R\$ 370,02	R\$ 370,02
GUILHERME DE SOUSA BRASIL	081.630.813-68				R\$ 583,25	R\$ 583,25
HAILTON RIBEIRO DE SOUZA	015.478.873-20				R\$ 6.309,64	R\$ 6.309,64
JAIR OLIVEIRA CANDIDO	084.630.182-20				R\$ 5.206,00	R\$ 5.206,00
JOAO ALDEMIRO BASTOS PINHEIRO	123.268.103-25				R\$ 2.316,40	R\$ 2.316,40
JORGE ALBERTO OGRADY PAIVA	015.704.473-49				R\$ 3.640,00	R\$ 3.640,00
JOSE AMAURI DE ARAUJO	256.510.643-20			R\$ 15,00	R\$ 11.106,19	R\$ 11.121,19
JOSE BENEMAR FERNANDES	136.413.873-53				R\$ 3.066,59	R\$ 3.066,59
JOSE CARLOS RODRIGUES NUNES	163.572.723-53			R\$ 3.680,00	R\$ 10.206,31	R\$ 13.886,31
JOSE LINO DOS ANJOS	074.286.343-34				R\$ 13.908,34	R\$ 13.908,34
JOSE MAGALHAES DE CARVALHO	057.962.613-04				R\$ 5.420,74	R\$ 5.420,74
JOSE TARCISIO ALVES BARBOSA	081.859.133-15				R\$ 3.999,43	R\$ 3.999,43
JOSE TARCISIO RIBEIRO	074.445.753-04				R\$ 1.469,56	R\$ 1.469,56
JOSE VALTER CONSTANCIO	043.029.073-04				R\$ 6.086,68	R\$ 6.086,68
JOSE VALTER DE ALBUQUERQUE	139.291.003-04				R\$ 2.203,76	R\$ 2.203,76
JOSE WELLINGTON DE OLIVEIRA GURGEL	017.925.633-53				R\$ 254,30	R\$ 254,30
JOSIMAR LANDIM	130.120.024-72				R\$ 298,00	R\$ 298,00
KARLA DENISE GONCALVES AZEVEDO	187.733.032-91				R\$ 434,00	R\$ 434,00
LUIZ ALVES BARROSO	102.590.073-15				R\$ 7.743,60	R\$ 7.743,60

LUIZ CARLOS OLIVEIRA	061.549.213-49				R\$ 7.257,89	R\$ 7.257,89
LUIZ CARLOS RODRIGUES BARROZO	230.528.133-15				R\$ 2.728,20	R\$ 2.728,20
MARCO AURELIO MENESCAL PASSOS	041.460.343-53				R\$ 1.274,24	R\$ 1.274,24
MARCOS ANTONIO BAIMA MASCARENHAS	034.355.713-49				R\$ 263,00	R\$ 263,00
MARCOS AURELIO CANDIDO DA SILVA	231.953.713-91				R\$ 1.298,00	R\$ 1.298,00
MARIO LEITAO DE EVARISTO	081.866.183-68				R\$ 1.139,00	R\$ 1.139,00
MOESIO VANDERLEI GOMES	170.322.373-04				R\$ 1.811,40	R\$ 1.811,40
ODILO NETO LUNA COELHO	030.985.818-67				R\$ 4.188,44	R\$ 4.188,44
PAULO AGUIAR NOBRE	058.544.583-49				R\$ 5.140,00	R\$ 5.140,00
RAIMUNDO FONTENELE ROCHA	034.280.603-34				R\$ 1.340,00	R\$ 1.340,00
RAIMUNDO PEREIRA MARTINS FILHO	057.977.803-72				R\$ 105,00	R\$ 105,00
Total utilizado pela UG			0	3.695,00	170.090,06	173.785,06
Código da UG 2:	Limite de Utilização da UG:					
Total utilizado pela UG						
Total utilizado pela UJ						

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	2	3.695,00	48	170.090,06	173.785,06
2010	2	5.686,00	50	277.048,70	282.734,70
2009	5	10.124,00	46	255.955,06	266.079,06

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

14. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.14.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			17125
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	20119234	15	21971
2	20119234	22	21971
3	20119234	23	21971
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			17125
Descrição da Recomendação:			
Que a unidade proceda à competente apreciação da Prestação de Contas do Convênio em apreço e, caso a mesma não seja aprovada, que proceda à abertura a abertura do processo de tomada de contas especial, bem como ao registro da conveniente como inadimplente, nos termos do art. 31, & 4º da IN/STN/MF nº 01, de 15 de janeiro de 1997.			
Que a unidade promova a imediata regularização da situação em comento, nomeando contador responsável pelo acompanhamento da contabilidade da unidade, promovendo, inclusive, o competente registro da conformidade contábil.			
Estabelecer uma rotina para o procedimento de análise da prestação de contas dos convênios que incorpore recursos suficientes e uma forma de acompanhamento adequado do gestor para emplacar eficiência ao procedimento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			17125
Síntese da providência adotada:			
Conforme descrito durante a Auditoria da CGU, o referido convênio está sendo analisado por servidor lotado atualmente na Diretoria de Gestão Administrativa, em Brasília. Adotamos como providência a solicitação para que o servidor se desloque até Fortaleza para concluir a análise do referido convênio e, conforme o resultado seja instaurada ou não a competente TCE.			
As providências foram implementadas, com a nomeação em Ordem de Serviço SR-02/G/18, da contadora responsável em 03/05/2011.			
A Superintendência retomou as atividades do Grupo de Trabalho para zerar a análise de convênios em situação “a aprovar”, cujo acompanhamento será feito por grupo de monitoramento nacional.			
Síntese dos resultados obtidos			
Conforme descrito durante a Auditoria da CGU, o referido convênio está sendo analisado			

<p>por servidor lotado atualmente na Diretoria de Gestão Administrativa, em Brasília. Adotamos como providência a solicitação para que o servidor se desloque até Fortaleza para concluir a análise do referido convênio e, conforme o resultado, seja instaurada ou não a competente TCE.</p>
<p>A conformidade contábil vem sendo realizada desde a nomeação da servidora, exceto, no mês de julho, pois não havia contador responsável substituto.</p>
<p>A situação atual demonstra que foram aprovados 8 convênios, 2 registrados como inadimplentes, ensejando a abertura de TCE, outros 12 estão aguardando parecer técnico do setor de engenharia e, ainda, treze convênios estão aguardando parecer financeiro e, finalmente dez convênios sendo tratados como casos especiais. Com a retomada do Grupo de Trabalho supracitado, agilizar-se-ão as atividades de análise.</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>
<p>Observa-se que todas as recomendações do OCI foram direcionadas para a área contábil, sendo esta uma das principais dificuldades a serem geridas em 2012. Trata-se de uma urgente recomposição da força de trabalho, observando-se o perfil necessário na área contábil e de melhoria nas condições de trabalho. Contudo, não medimos os esforços para que as carências fossem supridas ao longo de 2011, mediante solicitação ao Órgão Central de reforço de mão-de-obra e gestão local de pessoas.</p>

Quadro A.14.2 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	RA 14/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	RECOMENDAÇÕES 1.3.1; 1.4.1; 1.4.5; 1.5; 1.7; 2.1.4; 2.1.5; 2.2; 3.3.2; 3.3.3; 3.3.4; 3.3.5; 3.4.1; 4.1.1; 4.1.2
Comunicação Expedida/Data	MEMO/AUD/332/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ
Descrição da Recomendação	Elaboração de relatório de acompanhamento e fiscalização de contratos; informação se foi aplicada sanção prevista à empresa onde houve quebra de contrato; avaliação sobre a continuidade de contrato onde houve notificação; controle das emissões de passagem aéreas; comprovação de comprovantes de garantia de contratos; medidas preventivas evitar divergências entre nota fiscal e dados bancários da contratada; Elaboração de atos de designação formal de servidor para fiscalização de contratos; cumprimento das disposições contidas na Portaria Normativa nº 5/SLTI/MPOG; conclusão de relatórios finais de execução de objetos pactuados e de análise de prestação de contas (convênios) e adoção de medidas e providências visando à diminuição inscrição de RAP.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO CEARÁ	
Síntese das providências adotadas	
1. RECOMENDAÇÃO Nº 1.3.1 E 2.1.5	

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Alguns contratos ainda não possuem atos de designação formal de servidor para fiscalização dos mesmos. Entretanto, possuem servidores que fiscalizam e acompanham a execução do serviço prestado. Estamos no processo de formalização dessas designações e implantação de relatórios de acompanhamento.

2. RECOMENDAÇÃO Nº 1.4.1

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Infelizmente não temos prova material do recolhimento da multa de 3% (três por cento) sobre o faturamento mensal. Portanto, não temos como informar se a sanção prevista foi cumprida pela administração anterior.

3. RECOMENDAÇÃO Nº 1.4.5

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

O contrato em tela foi encerrado em data de 25/12/2011.

4. RECOMENDAÇÃO Nº 1.5

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Os casos constantes no processo em referência foram ocasionados pelo próprio INCRA/CE, que cancelou algumas viagens quando as mesmas já tinham sido faturadas. Estamos tendo um controle maior dessa situação para que fatos dessa natureza não mais ocorram.

5. RECOMENDAÇÃO Nº 1.7

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Estamos providenciando a anexação de todos os comprovantes de garantia dos contratos. A partir de então, teremos um maior controle para que fato dessa natureza não se repita.

6. RECOMENDAÇÃO Nº 2.1.4

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

O caso específico apresentado foi em razão do contratado ter encaminhando informação de alteração de banco, agência e conta corrente, por fato superveniente, logo após a emissão da nota fiscal, que continha dados antigos. Faremos o possível para essa situação não mais ocorra.

7. RECOMENDAÇÃO Nº 2.2

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Estamos promovendo as correções nos processos antigos, quando se é possível corrigir, e, a partir de então determinamos para que todos os processos administrativos cumpram as disposições contidas na Portaria Normativa nº 5 /SLTI/MPOG, de 19/12/2002.

8. RECOMENDAÇÃO Nº 3.3.2

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Esta SR(02)CE continua envidando esforços no sentido de conclusão dos Relatórios Finais de execução do objeto pactuado e de análise das prestações de contas, tanto que formalizou novo Grupo de Trabalho, através da OS/INCRA/SR(02)G/Nº 54, de 06/10/2011, em substituição a OS/INCRA/SR(02)G/Nº 48, de 29/08/2011.

9. RECOMENDAÇÕES Nºs 3.3.3 e 3.3.4

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Em complementação à medida anterior recebemos novamente o retorno da Contadora Nayana Almeida, que estava em gozo de licença maternidade e posteriormente de férias, que foi designada como Contadora da SR(02)CE, liberando assim a outra contadora Mabel Marques Pedroza para auxiliar nas análises das prestações de contas de convênios. Nesse mesmo período, solicitamos e fomos atendidos, pelas SR'S de origens e DA, com a liberação, primeiro de um contador da SR(19)RN – Jailson Vicente da Silva, e, posteriormente, de 02 (dois) outros contadores: Galdino Gomes Neto (SR-18/PB) e Marcelo Primo Carvalho de Meneses (SR-03/PE), que se deslocaram a esta SR(02)CE para analisarem referidos convênios. No final do exercício, em meados de dezembro/2011, recebemos também a visita do contador Osvaldo Azevedo Júnior, que também veio dar sua contribuição na análise desses convênios.

10. RECOMENDAÇÃO Nº 3.3.5

Posicionamento do Gestor da SR(02)CE

Informamos que após essas análises destacadas acima, foram abertos 02 (dois) processos de Tomada de Conta Especial.

11. RECOMENDAÇÃO Nº 3.4.1

Posicionamento do Gestor da SR(O2)CE

Dentro do possível e diante da limitação de engenheiros civis, esta SR(O2)CE promove o acompanhamento e monitoramento de todos os convênios, por meio de fiscaização “in loco”. Faremos o possível para que, a partir de então, todos os relatórios de acompanhamento constem nos processos de convênios.

12. RECOMENDAÇÕES Nºs 4.1.1 e 4.1.2

Posicionamento do Gestor da SR(O2)CE

Um grande percentual desses restos a pagar não processados a liquidar refere-se a crédito instalação, que, na sua grande maioria, não foram liquidados por absoluta falta de recursos financeiros para tal fim.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INCRA - Superintendência Regional do Ceará		373045	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Saldos em Contas de Compensado, representativas de Transferências Voluntárias concedidas pela nossa Unidade a entidades públicas e privadas, em situação de A Comprovar e A Aprovar há mais de 180 dias.</p> <p>b) Contas a Receber provenientes de créditos concedidos aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária sem providências de efetiva cobrança e controle dos valores devidos.</p> <p>c) Divergência entre os valores dos Bens Imóveis de Uso Especial com os registros do SPIUNET.</p> <p>d) Ausência de Controle das Contas que registram os Contratos Firmados e as Garantias Contratuais recebidas das contratadas.</p> <p>e) Falta de registros de depreciação mensal de bens móveis nos meses de Setembro a Dezembro de 2011 e de reavaliação de bens cujos valores de mercado variaram significativamente em relação aos anteriormente registrados, conforme a Macrofunção 020330 - Manual SIAFI.</p>			
Local	Fortaleza-CE	Data	30 de Março de 2012
Contador Responsável	Nágila Mabel Marques Pedroza	CRC nº	CE-015170/O-1

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

15. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incrá/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

Não houve, no exercício de 2011, registro de matrícula cancelada vinculada a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da lei nº 6.015/75.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Esta SR(02) não realizou, no exercício de 2011, medidas administrativas e judiciais junto ao corregedor-geral de justiça, em razão de não termos elementos suficientes para tal demanda.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Esta SR(02) não detém esta informação de forma consolidada, até mesmo porque não promoveu ações nesse sentido no transcorrer do exercício de 2010.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

Esta SR(02) não teve, no exercício de 2011, CCIR cancelados pelo Incra por força da ação da portaria Incra/nº 12/2006.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Esta SR(02) não encaminhou, no exercício de 2011, nenhum processo à Procuradoria-Geral do Estado.

16. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Como ficou demonstrado ao longo do presente relatório, a Unidade do INCRA/CE, se defronta com uma limitação importante que se refere à grande quantidade de ações em andamento, sem uma correspondente capacidade operacional para responder ao volume de trabalho.

Dentre as principais dificuldades, merece destaque o grande volume de crédito nas contas das comunidades, a questão relacionada ao equacionamento dos serviços de ATER, tendo em vista um grande volume de trabalho, considerando que esta ação foi universalizada nos projetos de assentamento e, ainda, as restrições referentes ao número de servidores para a análise contábil.

O INCRA vem buscando as condições para assegurar os recursos visando uma reestruturação institucional, cujas diretrizes englobam um redimensionamento das atividades realizadas pela Autarquia e, ainda, a recomposição da força de trabalho.

A perspectiva desta Unidade do INCRA é a de promover uma mudança profunda na cultura institucional, tendo como alicerce os princípios republicanos e a geração de oportunidades para que os servidores possam desenvolver plenamente suas competências, agregando valor público às ações que o INCRA desempenha.

Além disso, as parcerias, a exemplo da citada estruturação do Termo de Cooperação Técnica com o BNB, ampliarão significativamente a capacidade de direcionamento das atividades da Unidade no âmbito das ações do Projeto Piloto do Programa Brasil Sem Miséria no Ceará, ampliando o valor público das ações da SR(02).

O tempo é curto, ainda, para a avaliação de uma gestão que teve início em junho de 2011. Esperamos que no próximo Relatório de Gestão, o esforço que vimos empreendendo, de qualificar o processo de gestão da Unidade, mediante iniciativas como a adesão ao Programa GesPública, apresente seus frutos.

ANEXOS

Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 29/03/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-27.840.770,56	-49.732.198,43
			CREDITOS A RECEBER	-27.840.770,56	-49.732.198,43
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-27.840.770,56	-49.732.198,43
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-728.816,56	-63.846,89
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-27.111.954,00	-49.668.351,54
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	27.863.964,98	49.712.376,66
			OBRIGACOES A PAGAR	27.863.924,97	49.704.417,11
			FORNECEDORES	112.611,12	1.135,22
			DO EXERCICIO	0,01	1.135,22
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	112.611,11	0,00
			RESTOS A PAGAR	27.751.313,85	49.703.281,89
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	27.751.313,85	49.703.281,89
			CREDORES DIVERSOS	0,00	7.899,55
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	7.899,55
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	40,01	60,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	40,01	60,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	328,82	0,00
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	328,82	0,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-23.523,24	19.821,77
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-27.135.148,42	-49.648.529,77
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	27.111.954,00	49.668.351,54
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	27.111.954,00	49.668.351,54
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-328,82	0,00
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-328,82	0,00
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 29/03/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	41.033.012,66	40.260.139,73	772.872,93
					DESPESAS CORRENTES	0,00	20.828.922,31	20.703.715,77	125.206,54
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	2.264,27	2.264,27	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	20.826.658,04	20.701.451,50	125.206,54
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20.204.090,35	19.556.423,96	647.666,39
					INVESTIMENTOS	0,00	4.337.044,90	4.053.044,90	284.000,00
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	15.867.045,45	15.503.379,06	363.666,39
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	41.033.012,66	40.260.139,73	772.872,93
TOTAL					TOTAL	0,00	41.033.012,66	40.260.139,73	772.872,93
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	40.260.139,73	-40.260.139,73	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	40.260.139,73	-40.260.139,73	TOTAL GERAL	0,00	41.033.012,66	40.260.139,73	772.872,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 29/03/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	51.443.742,96	57.015.242,45	ORCAMENTARIAS	40.430.615,87	46.132.514,93
RECEITAS CORRENTES	408.633,07	214.278,27	DESPESAS CORRENTES	20.703.715,77	24.815.727,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	408.633,07	214.278,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.264,27	31.572,79
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-170.491,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.553.321,47	24.660.316,42
INTERFERENCIAS ATIVAS	9.726.470,81	14.965.060,57	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	148.130,03	123.838,32
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.726.470,81	14.965.060,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	148.130,03	123.838,32
SUB-REPASSE RECEBIDO	9.726.470,81	14.965.060,57	DESPESAS DE CAPITAL	19.556.423,96	21.035.160,25
MUTACOES ATIVAS	41.308.639,08	42.006.395,02	INVESTIMENTOS	4.053.044,90	12.180.239,04
INCORPORACOES DE ATIVOS	15.141.790,18	17.535.512,25	INVERSOES FINANCEIRAS	15.503.379,06	8.854.921,21
AQUISICOES DE BENS	8.470.441,71	3.372.171,62	INTERFERENCIAS PASSIVAS	328,82	0,00
INCORPORACAO DE CREDITOS	6.671.348,47	14.163.340,63	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	328,82	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.166.848,90	24.470.882,77	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	328,82	0,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	134.620.915,41	110.989.576,84	MUTACOES PASSIVAS	170.147,32	281.627,15
INTERFERENCIAS ATIVAS	9.304.113,94	4.794.435,50	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	170.147,32	281.627,15
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	7.975.477,78	4.095.852,68	LIQUIDACAO DE CREDITOS	170.147,32	281.627,15
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.328.636,16	357.600,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	104.013.234,65	95.272.836,59
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	340.982,82	INTERFERENCIAS PASSIVAS	875.080,14	1.801.188,55
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	125.316.801,47	106.195.141,34	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	466.447,07	1.416.418,87
INCORPORACOES DE ATIVOS	107.328.191,44	103.058.368,40	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	408.633,07	384.769,68
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	39.367,44	147.027,68	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	103.138.154,51	93.471.648,04
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	165.112,99	118.343,88	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	54.762.466,27	78.164.602,65
INCORPORACAO DE DIREITOS	107.123.711,01	102.792.996,84	BAIXA DE BENS IMOVEIS	186.164,13	2.638.149,41
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	17.988.610,03	3.136.772,94	BAIXA DE BENS MOVEIS	372.992,17	748.752,36
DEFICIT			BAIXA DE TITULOS E VALORES	7.953.112,21	3.717.670,02
			BAIXA DE DIREITOS	46.250.197,76	71.060.030,86
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	89.996,14	34.441,95
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	89.996,14	34.441,95
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	48.138.739,66	15.272.603,44
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	146.952,44	0,00
			AJUSTES NAO FINANCEIROS	146.952,44	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	41.620.807,85	26.599.467,77
			SUPERAVIT	41.620.807,85	26.599.467,77
VARIACOES ATIVAS	186.064.658,37	168.004.819,29	VARIACOES PASSIVAS	186.064.658,37	168.004.819,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 29/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	27.840.770,56	49.732.198,43	PASSIVO FINANCEIRO	27.864.293,80	49.712.376,66
CREDITOS EM CIRCULACAO	27.840.770,56	49.732.198,43	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	27.863.964,98	49.712.376,66
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	728.816,56	63.846,89	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	112.611,12	9.034,77
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	27.111.954,00	49.668.351,54	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,01	1.135,22
ATIVO NAO FINANCEIRO	345.779.510,89	282.135.678,88	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	112.611,11	0,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	30.229.703,01	-8.392.626,34	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	24.465.314,48	-14.194.181,68	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	7.899,55
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-27.111.954,00	-49.668.351,54	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	27.751.313,85	49.703.281,89
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	51.577.268,48	35.474.169,86	A LIQUIDAR	27.751.313,85	49.703.281,89
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	5.764.388,53	5.801.555,34	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	40,01	60,00
ESTOQUES	63.663,90	100.830,71	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	328,82	0,00
TITULOS E VALORES	5.700.724,63	5.700.724,63	VALORES DIFERIDOS	328,82	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	298.799.396,12	281.724.031,49	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-27.731.391,13	-49.703.281,89
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	298.799.396,12	281.724.031,49	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-27.731.391,13	-49.703.281,89
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	187.930.785,22	178.808.532,80	FORNECEDORES A PAGAR	19.922,72	0,00
CREDITOS A RECEBER	110.868.610,90	102.915.498,69	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PERMANENTE	16.750.411,76	8.804.273,73	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-27.751.313,85	-49.703.281,89
IMOBILIZADO	16.748.463,05	8.802.325,02	PASSIVO REAL	132.902,67	9.094,77
BENS MOVEIS E IMOVEIS	16.865.112,75	8.836.766,97	PATRIMONIO LIQUIDO	373.487.378,78	331.858.782,54
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-116.649,70	-34.441,95	PATRIMONIO/CAPITAL	331.858.782,54	305.259.314,77
INTANGIVEL	1.948,71	1.948,71	PATRIMONIO	331.858.782,54	305.259.314,77
ATIVO REAL	373.620.281,45	331.867.877,31	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.788,39	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	41.620.807,85	26.599.467,77
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	373.620.281,45	331.867.877,31
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-331.999.473,60	-305.268.409,54
ATIVO COMPENSADO	137.643.748,47	116.656.593,46	PASSIVO COMPENSADO	137.643.748,47	116.656.593,46
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	137.643.748,47	116.656.593,46	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	137.643.748,47	116.656.593,46
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	249.641,96	249.641,96	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	249.641,96	249.641,96
GARANTIAS DE VALORES	7.178,66	7.178,66	VALORES EM GARANTIA	7.178,66	7.178,66
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	126.572.268,86	114.837.250,91	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	126.572.268,86	114.837.250,91
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.814.658,99	1.562.521,93	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	10.814.658,99	1.562.521,93
ATIVO	511.264.029,92	448.524.470,77	PASSIVO	511.264.029,92	448.524.470,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373045/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 29/03/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	408.633,07	214.278,27	DESPESAS CORRENTES	20.703.715,77	24.815.727,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	408.633,07	214.278,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.264,27	31.572,79
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.553.321,47	24.660.316,42
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-170.491,41	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.635.104,00	9.937.389,86
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	11.055.106,97	15.663.643,39	OUTRAS DESPESAS	18.918.217,47	14.722.926,56
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	9.726.470,81	14.965.060,57	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	148.130,03	123.838,32
SUB-REPASSE RECEBIDO	9.726.470,81	14.965.060,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	148.130,03	123.838,32
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	9.726.470,81	14.965.060,57	DESPESAS DE CAPITAL	19.556.423,96	21.035.160,25
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.328.636,16	698.582,82	INVESTIMENTOS	4.053.044,90	12.180.239,04
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.328.636,16	357.600,00	INVERSOES FINANCEIRAS	15.503.379,06	8.854.921,21
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.328.636,16	357.600,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	875.408,96	1.801.188,55
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	340.982,82	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	328,82	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	122.697.056,26	143.017.100,16	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	328,82	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	49.732.198,43	40.499.599,02	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	875.080,14	1.801.188,55
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	49.732.198,43	40.499.599,02	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	466.447,07	1.416.418,87
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	328,82	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	233.814,19	0,00
VALORES DIFERIDOS	328,82	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	232.632,88	1.416.418,87
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	45.843.520,24	52.849.149,60	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	408.633,07	384.769,68
FORNECEDORES	112.611,12	1.135,22	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	93.025.247,61	111.072.454,08
DO EXERCICIO	0,01	1.135,22	VALORES EM CIRCULACAO	27.840.770,56	49.732.198,43
DE EXERCICIOS ANTERIORES	112.611,11	0,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	27.840.770,56	49.732.198,43
RESTOS A PAGAR	45.730.869,11	52.840.054,83	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	49.712.376,66	40.506.391,26
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	27.751.313,85	49.703.281,89	FORNECEDORES	1.135,22	0,00
CANCELADO	17.979.555,26	3.136.772,94	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.135,22	0,00
VALORES EM TRANSITO	40,01	60,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	49.703.281,89	40.505.002,56
OUTROS DEBITOS	0,00	7.899,55	VALORES EM TRANSITO	60,00	1.388,70
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	27.121.008,77	49.668.351,54	OUTROS DEBITOS	7.899,55	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	27.111.954,00	49.668.351,54	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	15.472.100,39	20.833.864,39
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	27.111.954,00	49.668.351,54	BAIXA DE DIREITOS	15.472.100,39	20.833.864,39
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	9.054,77	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	15.472.100,39	20.833.864,39
EXERCICIOS ANTERIORES	9.054,77	0,00			
INGRESSOS	134.160.796,30	158.724.530,41	DISPENDIOS	134.160.796,30	158.724.530,41